



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL
MODALIDADE PRESENCIAL

Reitor

Fábio Josué Souza dos Santos

Vice Reitor

José Pereira Mascarenhas Bisneto

Pró Reitora de Graduação

Karina de Oliveira Santos Cordeiro

Diretor do Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas

Josival Santos Souza

Vice Diretor do Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas

Roberto Robson Borges dos Santos

Coordenador do Curso

Núcleo Docente Estruturante

Resolução CONAC nº 059, 03 de junho de 2022.

SUMÁRIO

1.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	6
2.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
3.	BASE LEGAL	9
4.	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	11
5.	JUSTIFICATIVA	20
6.	OBJETIVOS	23
7.	PERFIL DO EGRESSO	24
8.	PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS, EPISTEMOLÓGICOS E PEDAGÓGICOS	26
9.	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA	28
10.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	31
10.1.1.	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERCURSO FORMATIVO	34
10.1.2.	COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS	39
10.1.3.	COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	40
10.2.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CURSO	41
10.5.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	52
10.6.	METODOLOGIA	56
11.	AValiação DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	58
12.	acompanhamento PEDAGÓGICO AO DISCENTE	60
13.	AValiação DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	62
14.	RECURSOS HUMANOS	63
15.	INFRAESTRUTURA	64
	REFERÊNCIAS	66
	APÊNDICE I - CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES	67

APRESENTAÇÃO

O curso de Gestão Ambiental da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), oferecido pelo Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), é fruto de um processo construtivo pedagógico multi e interdisciplinar entre os professores do NEIM. A opção pelo curso no segundo ciclo de formação profissional ao graduado do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais visa valorizar uma visão integrada, correlativa e multiescalar, fundamentada nos valores da sustentabilidade ambiental e na importância da atuação proativa do profissional em gestão ambiental na busca por soluções para as questões ambientais da atualidade, sempre com preocupação com as gerações futuras.

Embora o curso superior de Gestão Ambiental seja oferecido por diversas instituições no Brasil, poucas dezenas são públicas e de modalidade bacharelado. É nesse cenário que a UFRB e o CCAAB se destacam, oferecendo um curso de bacharelado em Gestão Ambiental de qualidade, com o objetivo de contribuir no ensino, na formação pública, na extensão e na pesquisa. A propriedade do curso reside na capacidade de formar profissionais qualificados para uma atuação técnica, científica e profissional capaz de lidar com as variadas e complexas questões ambientais, principalmente de gestão, contribuindo para a construção de um futuro mais sustentável.

O curso de Gestão Ambiental da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) é um projeto pedagógico que visa formar profissionais qualificados para lidar com as complexas questões ambientais da atualidade. O curso de bacharelado em Gestão Ambiental é uma das opções para o segundo ciclo de formação profissional ao graduado do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais, parte de um processo construtivo pedagógico multi e interdisciplinar entre os professores do NEIM.

O curso é baseado em uma visão integrada, correlativa e multiescalar, que valoriza a atuação proativa do profissional em gestão ambiental na busca por soluções sustentáveis para as questões ambientais. A oferta do curso em modalidade bacharelado e pública é uma iniciativa relevante, pois, apesar do grande quantitativo de instituições que oferecem essa formação, poucas dezenas são públicas e de modalidade bacharelado.

O curso de Gestão Ambiental da UFRB e do CCAAB é uma oportunidade viável para aqueles que desejam se aprofundar nas questões ambientais e contribuir para a construção de um mundo mais sustentável. Com uma formação técnica, científica e profissional, os estudantes estarão preparados para atuar em diversos segmentos do mercado, desenvolvendo soluções inovadoras e eficazes para os problemas ambientais. Além disso, o curso oferece amplas possibilidades de extensão e pesquisa, possibilitando uma formação mais completa e abrangente.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Lei de criação: Lei 11.151, de 29/07/2005

Atos regulatórios vigentes:

- Recredenciamento - Portaria 651 de 12/07/2018
- Credenciamento EAD - Portaria 865 de 12/09/2013

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome: GESTÃO AMBIENTAL

Código e-MEC: 1609822

Grau Acadêmico: Bacharelado

Modalidade: Presencial

Área de Conhecimento (CAPES): 90000005 - Multidisciplinar

Título acadêmico conferido: Bacharel em Gestão Ambiental

Duração: 8 semestres

Prazo máximo para integralização: 12 semestres

Vagas ofertadas: 30

Turno de funcionamento: Vespertino

Formato do curso: Linear

Forma de ingresso: Reingresso para cursar o segundo ciclo/ ingresso de portador de diploma de curso de graduação/ transferência interna/ transferência externa/ rematrícula/ ingresso decorrente de transferência ex-officio / de convênio ou determinado por lei.

Regime letivo: Semestral

Ato de criação do curso: Resolução CONAC N° 59 de 03 de junho de 2022

Data de início de funcionamento: 03/06/2022

Endereço de funcionamento: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), Rua Rui Barbosa, 710 – Centro – Cruz das Almas/BA – CEP: 44.380-000

Endereço eletrônico: gestaoambiental@ccaab.ufrb.edu.br

Sítio eletrônico: <https://ufrb.edu.br/gestaoambiental>

Distribuição de carga horária por atividades formativas:

1º Ciclo de Formação (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais)

Componentes Curriculares Obrigatórios:	1.870 horas
Componentes Curriculares Optativos:	221 horas
Componentes Curriculares do Itinerário Formativo:	187 horas
Atividades Complementares de Curso:	122 horas
Carga horária total do ciclo:	2.400 horas
Percentual da carga horária destinada à Extensão:	10% (240 horas)

2º Ciclo de Formação (Gestão Ambiental)

Componentes Curriculares Obrigatórios:	459 horas
--	-----------

Componentes Curriculares Optativos:	221 horas
Atividades Complementares de Curso:	50 horas
Carga horária total do ciclo:	730 horas
Percentual da carga horária destinada à Extensão:	10% (73 horas)
Percentual da carga horária ofertada em EaD:	Não se aplica
Curso completo (1º e 2º ciclos somados):	
Componentes Curriculares Obrigatórios:	2.329 horas
Componentes Curriculares Optativos:	442 horas
Atividades Complementares de Curso:	172 horas
Carga horária total do curso:	3.130 horas
Percentual da carga horária destinada à Extensão:	10% (313 horas)
Percentual da carga horária ofertada em EaD:	Não se aplica

3. BASE LEGAL

Lei Nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Portaria Normativa nº 40/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC nº 23/2010, que trata de dispositivos legais acerca de informações acadêmicas.

Lei 9.795/04/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Decreto nº 4281/2002, que regulamenta a Lei 9.795/04/1999.

Resolução CES/CNE nº 01/2020, de 29 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre a prorrogação de um ano ao prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs);

Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Decreto nº 7611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no **Parecer CNE/CP 3/2004**.

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a **Resolução CNE/CP nº 1/2012**.

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764/2012.

Titulação do corpo docente (art. 66 da nº 9394/96)

Núcleo Docente Estruturante (NDE), Resolução CONAES nº 1/2010.

Condições de Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida conforme disposto na CF/88, art.205, 206 e 208, na NBR/ABNT nº 9050/2004, na Lei nº 10.098/2000 e nos **Decretos nº 5296/2004**, nº 6949/2009, nº 7611/2011 e na Portaria nº 3284/2003.

Decreto nº 5626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e o Art. 18 da Lei 10.098/2000- inclusão de Libras como componente curricular.

Resolução CONAC/UFRB Nº14/2009, que dispõe sobre a inserção da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como componente curricular obrigatório para os cursos de Licenciatura e optativo nos cursos de Bacharelados e Superiores de Tecnologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Estágio- Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

Resolução CONAC 005/2019, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento de estágio obrigatório e não obrigatório dos cursos de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Portaria Nº 4.059/2004, que trata da oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial, para cursos que ofertam até 20% da carga horária total do curso na modalidade a distância.

Novo Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação- SINAES (Brasília, 2015)- Observar os indicadores que subsidiam os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento para incorporação dos requisitos necessários ao reconhecimento do curso.

Portarias Periódicas do INEP que dispõem sobre o componente de Formação Geral que integra o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes como parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação. Últimas atualizações: Portaria MEC/INEP nº 244/2013 e Portaria MEC/INEP nº 255/2014.

Resolução CNE/CES Nº 02/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Portaria SESu/MEC Nº. 383/2010, que apresenta os referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares.

Resolução UFRB/CONAC Nº 03/2007, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração dos PPC na UFRB.

Resolução UFRB/CONAC Nº 01/2009, que altera a Resolução UFRB/CONAC nº 003/2007 que dispõe sobre as diretrizes para elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRB.

Atividades Complementares de Curso - Resolução UFRB/CONAC Nº 07/2009, que regulamenta as Atividades Complementares dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Trabalho de Conclusão de Curso - Resolução UFRB/CONAC Nº 004/2019, que dispõe sobre o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Curricularização da Extensão - Curricularização da Extensão é a inserção das atividades de extensão como estratégia de ensino-aprendizagem, definidas prioritariamente por meio de Programas e Projetos voltados para áreas de pertinência social, compreendidas enquanto ações de interação transformadora entre a Universidade e a sociedade, conforme previsto na **Resolução UFRB/CONAC 025/2021**.

4. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) surgiu da reivindicação da comunidade em busca da democratização do acesso ao ensino superior na Bahia, tornando-se uma Instituição comprometida com a produção e difusão da ciência e da cultura e contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico e cultural, especialmente, na região do Recôncavo Baiano. Sua efetivação deu-se em razão do Projeto de Expansão das Universidades Federais, por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, que em março de 2005 havia ampliado suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão com a criação de três novos cursos de graduação: Engenharia Florestal, Engenharia da Pesca e Zootecnia. Em 29 de julho de 2005, foi sancionada a Lei nº. 11.151, que criou a UFRB, sendo inaugurada em 2006, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Universidade possui natureza jurídica de autarquia, encontra-se vinculada ao Ministério da Educação e tem sua administração central localizada no município de Cruz das Almas, a 146 quilômetros da capital do estado.

A UFRB surgiu com o compromisso de ofertar ensino superior de qualidade, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, além de exercer sua responsabilidade social no sentido de democratizar a educação, repartir socialmente seus benefícios, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável, cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do país. Associa-se a estes propósitos seu papel de promotora da paz, defensora dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

A UFRB nasce no Recôncavo baiano, uma região de vasta significação histórica e cultural, onde há uma grande diversidade de atividades religiosas, artesanais e artísticas, terreno fértil para invenção e reinvenção. Esta é uma região de encontro de diferentes povos africanos, indígenas e portugueses, na qual se origina uma sociedade culturalmente complexa e diversificada que traduz toda essa pluralidade nas formas de viver e crer das populações locais, traduzindo-se num legado de luta contra a intolerância que retrata o traço cultural dos povos que formam a sociedade do Recôncavo. A Universidade faz parte e se reconhece como parte dessa história, pois é fruto das aspirações e da mobilização das

comunidades locais, sendo, portanto, herdeira das tradições culturais de luta do seu povo. (FRAGA, 2010).

Concebida como modelo multicampi, a Universidade, em sua etapa inicial de criação, esteve organizada em cinco centros de ensino, quatro destes localizados em municípios do Território de Identidade do Recôncavo: Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC), situados em Cruz das Almas; Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), situado em Cachoeira; Centro de Ciências da Saúde (CCS), situado em Santo Antônio de Jesus. E, ainda, o Centro de Formação de Professores (CFP), situado na cidade de Amargosa, pertencente ao Território de Identidade do Vale do Jiquiriá.

Em 2006, a recém-criada Universidade implantou a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis - PROPAAE, uma iniciativa pioneira no âmbito das universidades federais que insere no contexto institucional questões relativas aos assuntos estudantis e à implementação de ações afirmativas. A Pró-Reitoria foi concebida com o propósito de articular, formular e implementar políticas e práticas de 15 democratização, em parceria com vários segmentos, focadas no ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino superior. A realização dessas ações afirmativas visa ao reconhecimento da pluralidade da sociedade, compreendendo todos os grupos sociais como sujeitos com direito de acesso às políticas públicas e institucionais que visem à equidade.

Em 2007, no ensejo de ampliar sua oferta e estabelecer uma nova estrutura acadêmica, a UFRB aderiu ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Essa adesão conferiu à Universidade uma oportunidade de consolidação, proporcionando, além de ampliação quantitativa e organizacional, maior solidez acadêmica. Diferentemente das demais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a UFRB participou do REUNI em dimensão particularizada, tendo em vista tratar-se de uma instituição recém-criada, cujo processo não seria de reestruturação, mas efetivamente de estruturação, fundada em critérios mais racionais, potencializando-se a utilização da estrutura técnica e científica já instalada, oriunda da fase de implantação. Nesse viés, o REUNI representou uma expansão programada, na busca por melhores padrões de ensino e desenvolvimento das competências pedagógicas e viabilizando o ideário e a missão institucional.

Em 2009, ainda no contexto de reestruturação pedagógica dos cursos de graduação, buscando cumprir as metas do REUNI e almejando inovações no processo educacional do ensino superior, implantou-se na UFRB uma forma inovadora de acesso à universidade: cursos de Bacharelado Interdisciplinar, através de ciclos de formação, sendo um primeiro ciclo de formação geral e básica, assegurando acesso e capacitação para a formação específica em cursos profissionalizantes. Esse projeto foi estruturado com vistas a superar um sistema universitário linear, baseado em recortes profissionais. O regime em ciclos é adotado hoje pelos modelos mais avançados de educação em saúde do mundo, a exemplo da Harvard, Oxford, MacMaster e Maastricht.

No primeiro semestre de 2010, a UFRB tornou-se a primeira instituição baiana a adotar integralmente o Sistema de Seleção Unificada do MEC – SISU como única forma de ingresso, em substituição ao vestibular. Desde então, somente os candidatos que participem do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) podem disputar as vagas oferecidas para os cursos de graduação, podendo, inclusive, optar por concorrer a mais de um curso dentro da própria instituição, revelando o propósito da Universidade na busca da democratização do acesso e oportunizando o ingresso de estudantes oriundos do interior do estado e das classes sociais menos favorecidas.

Em 2012, a UFRB integrou-se ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), através da Portaria nº 127, de 28 de agosto de 2012, passando a oferecer cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. Também passou a prover a formação dos professores em Educação a Distância (EaD) e a permissão para articular cursos nos polos estaduais e municipais de apoio presencial da UAB.

Iniciou-se, em janeiro de 2013, a implantação dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG) da UFRB, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O SIG é uma plataforma digital que busca unir a execução de diferentes tarefas e informatizar todos os processos da universidade, possibilitando visão estratégica institucional, utilização de métodos de controle mais eficazes, obtenção de informações de forma mais rápida e confiável e otimização dos processos de trabalho. É considerada uma peça fundamental para que a Universidade possa se organizar, sendo capaz de reduzir o retrabalho em suas tarefas operacionais, criar condições mais favoráveis para a 16 execução dos seus processos e controlar os seus dispêndios. A implantação desse sistema foi realizada em várias etapas,

tendo sido concluída recentemente com a ativação do protocolo eletrônico, através do qual todos os processos e documentos institucionais passam a ser tramitados exclusivamente no formato eletrônico, proporcionando a otimização dos fluxos das informações em todas as etapas e setores e possibilitando um melhor controle das atividades desenvolvidas.

No primeiro semestre letivo de 2013, a Federal do Recôncavo despontou como primeira universidade brasileira a aplicar integralmente a porcentagem de 50% das vagas ofertadas para o ingresso de alunos oriundos da rede pública de ensino e que se autodeclararem negros, pardos, índios-descendentes ou de outros grupos étnicos, conforme estabelecido na Lei nº. 12.711/2012 (Lei de Cotas). A Universidade, que já utilizava o sistema de cotas, passou a ser ainda mais inclusiva, defendendo, sobretudo, a ideia de que a política de democratização de acesso deve ser seguida de uma política de acolhimento e assistência estudantil que possibilite aos alunos igualdade de oportunidades, com foco no sucesso acadêmico desejado.

Em setembro de 2013, em função da dinâmica oriunda das políticas de educação superior, imprimindo um novo ciclo de expansão, inaugurou-se o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), localizado no município de Feira de Santana, com a missão de contribuir com o desafio da questão energética e do semiárido, com matrizes sustentáveis; e o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), em Santo Amaro, com foco em estudos interdisciplinares nos campos da cultura, das tecnologias, das linguagens artísticas, da engenharia do espetáculo e da economia criativa. A criação desses centros impactou a dinâmica social e econômica da região e do estado da Bahia, por constituírem, notadamente, novos campos de desenvolvimento associados a aspectos intrínsecos à região do Recôncavo.

Setembro de 2013 registrou, ainda, um novo marco na história da Instituição: o credenciamento da UFRB junto ao Ministério da Educação, através da Portaria nº 865, de 12 de setembro de 2013, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância e instalação de um polo de apoio presencial, atual polo de educação a distância, através da Portaria normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, no campus de Cruz das Almas. Isso resultou na criação da Superintendência de Educação Aberta e a Distância (SEAD), através da Portaria nº 1015, de 28 de novembro de 2013. No mesmo ano, a UFRB participou do Plano Anual de Capacitação Continuada (PACC), do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que posteriormente foi transformado em Curso Online Aberto e Massivo, do inglês Massive

Open Online Course (MOOCS). Atualmente esse programa conta com mais de 70.000 participantes e são ofertados nesta modalidade os cursos de Licenciatura em Matemática, Especialização em Mineração e Meio Ambiente, Especialização de Gestão em Saúde, Especialização em Tecnologias e Educação Aberta e Digital e Especialização em Inclusão e Diversidade na Educação. O ensino EaD da UFRB busca desenvolver e ampliar as formas de comunicação a distância, a desenvolver ecossistemas digitais de aprendizagem híbridos, diversificados, através de dispositivos interativos de webconferência, dispositivos móveis, ambientes educativos digitais, videoaulas, simpósios, seminários, entre outros, estabelecendo-se, inclusive, cooperação técnica, por meio de convênios e parcerias com outras instituições de ensino superior, nacionais ou internacionais, visando ao desenvolvimento e à oferta de atividades na modalidade a distância.

Em dezembro de 2013, registramos uma nova conquista da Universidade: a criação do curso de Medicina no Campus de Santo Antônio de Jesus, tornando-se o primeiro curso de Medicina ofertado por uma Universidade Federal no interior da Bahia. 17 Instituiu-se com o objetivo de promover uma formação em cultura humanística, artística e científica, associando saberes relacionados à área da saúde e fomentando uma consciência cidadã.

Mantendo o seu pioneirismo, em cerimônia realizada em julho de 2014, a UFRB tornou-se a primeira instituição de ensino superior da Bahia a ganhar o Prêmio Destaque do Ano na Iniciação Científica e Tecnológica, categoria Mérito Institucional, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por apresentar o maior índice de estudantes titulados na pós-graduação, fato que reflete o reconhecimento do intenso trabalho realizado pela Instituição na busca por excelência e inclusão.

Com base no estímulo à cooperação internacional, a UFRB em 2017 assina o Protocolo de Intenções com a Universidade Aberta de Portugal, e o Termo Aditivo a instituir parceria para a oferta e gestão compartilhada da gestão administrativa, financeira e acadêmica do Curso de Pós-Graduação em Tecnologias e Educação Aberta e Digital na modalidade EaD. No mesmo ano, a UFRB celebra o Convênio de Cooperação Técnica Administrativa, Científica e Cultural com a Universidade do Estado da Bahia, a fim de instituir parceria para a oferta e gestão compartilhada de cursos na modalidade a distância e semipresencial no Campus XV – UNEB Valença.

2.1 A criação do Núcleo Tecnológico de Estudos de Impactos da Mineração – NEIM

Em 2013, a UFRB estabeleceu o Núcleo Tecnológico de Estudos de Impactos da Mineração - NEIM, vinculado ao Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), no âmbito do acordo pactuado com o Ministério da Educação (MEC), que visa à implantação dos cursos nas áreas de meio ambiente.

O NEIM tem como missão: desenvolver tecnologias ambientais visando identificar, prevenir e recuperar danos ambientais nos territórios de mineração no Estado da Bahia; pesquisar de forma multidisciplinar e em ampla escala, espacial e temporal, os impactos no ambiente e na saúde da população, oriundos de atividades da mineração. A justificativa para a criação do NEIM e da escolha do seu perfil temático deve-se ao fato do Estado da Bahia possuir o quinto maior polo de mineração do país, sendo o maior produtor de urânio, barita, cromo, magnesita, talco e salgema; o segundo em níquel e bentonita, e o terceiro em cobre. Os investimentos no setor de mineração alcançaram cerca de R\$ 13 bilhões até 2013, e ampliarão a capacidade do Estado em explorar ferro, bauxita cromo, cobre, ouro, vanádio, bentonita, fosfato, zinco e tálio, os quais situarão a Bahia entre os quatro maiores produtores minerais do Brasil. A contaminação de chumbo no município de Santo Amaro é um exemplo negativo do impacto sócio-econômico-ambiental causado pela mineração. O complexo minero-metalúrgico instalado em 1960, em Santo Amaro, no Recôncavo Baiano para produção de ligas de chumbo (Pb), contaminou o meio ambiente por: emissão de material particulado pela chaminé, estocagem inadequada da escória, despejo de efluentes líquidos diretamente no rio Subaé e transbordamento da bacia de rejeito. As cerca de 500 mil toneladas de escória amontoadas nas dependências da fábrica, em local com declive em direção ao curso do rio Subaé, distante 290 metros das instalações da fundição, contêm elevados níveis Cd, Pb, As e Zn. Esses dados imputam a Santo Amaro o título de cidade com a maior contaminação urbana de chumbo do mundo, com graves efeitos na saúde humana.

Dado o nível de investimento do setor de mineração no Estado e o seu potencial de impactos ambientais, é estratégico que se disponha de uma estrutura de formação de mão de obra qualificada e de pesquisa sobre os vários aspectos impactantes do setor, conforme previsto nas atribuições do NEIM.

O Núcleo tem como estratégia de ação a busca de parcerias envolvendo a indústria da mineração, as organizações da sociedade civil, os órgãos da administração pública, da

cooperação internacional, as agências de fomento e demais instituições de ensino, pesquisa e extensão.

2.2 Criação do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais (BCA)

A oferta de um curso de graduação em Ciências Ambientais (BCA) já estava prevista no acordo pactuado entre o MEC e a UFRB em 2013. A proposta do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais (BCA) começou a ser elaborada em 2015 pelos primeiros docentes contratados para o NEIM. De 2015 a 2017, ainda no âmbito do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), o projeto passou por inúmeras discussões, buscando uma proposta que conciliasse os requisitos técnicos e pedagógicos à formação profissional em ciências ambientais, com a visão integrada e multidisciplinar requerida à atuação socioambiental. Em 2 de abril de 2018, finalmente o BCA recebeu a autorização da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC.

O projeto do BCA conforma uma matriz teórica e prática, uma arquitetura curricular e um referencial metodológico que se articulam num modelo de formação universitária integrado, modular e em ciclo. O BCA constitui o 1º ciclo de uma proposta de formação que se integra às opções de Bacharelados em Geografia e em Gestão Ambiental, que correspondem ao 2º ciclo de natureza profissionalizante. Neste modelo, é facultativo aos concluintes do BCA a continuidade dos estudos nos cursos oferecidos para o segundo ciclo. Por meio desta concepção de estrutura curricular denominada “regime de ciclos”, adotada em atenção às políticas emancipatórias e críticas no campo do currículo, dos estudos epistemológicos e formativos, o projeto propõe a adoção de modelos pedagógicos ativos e abertos, de novas tecnologias de ensino-aprendizagem, que integram o pensamento pedagógico contemporâneo.

2.3 O Bacharelado em Gestão Ambiental (BGA)

O curso de bacharelado em Gestão Ambiental é uma das opções para o segundo ciclo de formação profissional ao graduado do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais. A opção pelo curso de Gestão Ambiental, no segundo ciclo, parte de um

processo construtivo pedagógico multi e interdisciplinar entre os professores do NEIM, prezando pela valorização de uma visão integrada, correlativa e multiescalar requeridas à atuação proativa para com a sociedade, considerando valores da sustentabilidade ambiental e a importância do profissional em gestão ambiental em prover soluções, no âmbito de gestão, para as questões ambientais da atualidade com preocupação com as gerações futuras.

Em sua incipiente história, considerando as modalidades tecnólogo e bacharelado, o curso superior de Gestão Ambiental é oferecido por diversas de instituições (públicas e privadas) no Brasil. Isso revela que o mesmo guarda grandes expectativas de atuação do profissional nas demandas de mercado, principalmente em sua indispensável contribuição nas soluções de questões ambientais. Por outro lado, apesar do grande quantitativo de instituições que oferecem essa formação, poucas dezenas são públicas e de modalidade bacharelado. Nesse sentido, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), resolveram oferecer um curso de bacharelado em Gestão Ambiental de qualidade, de forma a contribuir no ensino e formação pública, extensão e pesquisa. Assim reside a propriedade de formar profissionais qualificados para uma atuação técnica, científica e profissional capaz de lidar com as variadas e complexas questões ambientais, principalmente de gestão.

2.4 Perfil do curso

O curso de bacharelado em Gestão Ambiental visa à formação de profissionais capazes de articular as dimensões do campo ambiental, com capacidade de liderança, habilidades e competências inter e multidisciplinares. Compreender as relações sistêmicas dos ecossistemas, sua constituição, dinâmicas, relações e elementos integradores, assim como manipular tecnologias e executar metodologias para análise e avaliação integrada, contribuindo no planejamento e gestão, assim como na avaliação e prevenção de impactos ambientais.

Nessas circunstâncias, o papel da educação superior tem sido um importante mecanismo para a formação de conhecimentos, habilidades e valores orientados para colaborar com a solução de problemas ambientais da sociedade. Como 2º ciclo, o curso

agrega à sua formação, além de uma ampla e consistente base teórico-metodológica e um currículo de componentes básicos e específicos à Gestão Ambiental.

3. Contextualização, inserção no âmbito local, regional e nacional, e importância do Bacharelado em Gestão Ambiental para a UFRB

Visto que o referido curso é uma das alternativas de formação para o segundo ciclo, após a conclusão do primeiro ciclo de formação no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais, pensou-se a inserção do bacharel em Gestão Ambiental, diplomado na UFRB, além da relevância a nível nacional e/ou estadual, também considerando aspectos de âmbito local, no espaço mais próximo – o Recôncavo baiano e a Baía de Todos os Santos – tendo em vista os ecossistemas complexos e ricamente bio/geodiversos presentes, assim como a presença de populações tradicionais (marisqueiras, pescadores etc.) fortemente dependente dos recursos ali existentes, mais o histórico ambiental de impactos na região, visíveis em vários municípios e, mais especificamente, no município de Santo Amaro, onde se tem um grande histórico de passividade ambiental por metais pesados. A criação de um curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, com um currículo inovador de formação em ciclos embasado numa formação teórico-prática ligada às questões ambientais, é de grande relevância na compreensão da problemática ambiental no Recôncavo, na Baía de Todos os Santos e no estado da Bahia.

Por fim o Bacharelado em Gestão Ambiental, através das suas atividades de ensino-pesquisa-extensão, possibilitará à UFRB ampliar sua atuação no Recôncavo, no estado da Bahia, dentro da temática ambiental, adentrando nas questões relacionadas ao planejamento e gestão, licenciamento e regularização legal, planos e políticas, caracterização, diagnóstico e avaliação e mitigação de impactos.

5. JUSTIFICATIVA

O Recôncavo baiano foi a primeira região do Brasil a ser ocupada por uma atividade econômica vinculada a uma produção agroexportadora de caráter capitalista, usando mão-de-obra escrava, ainda no século XVI. Tratava-se de uma produção de mercadorias agrícolas – açúcar e fumo, principalmente – destinadas a atender um mercado consumidor, àquela época, externo ao território produtor, localizado principalmente na Europa. Esse caráter agroexportador das atividades econômicas, dependentes do trabalho escravo, realizadas na região, estava marcado a permanecer e a se intensificar ainda por mais quatro séculos, antes de enfrentar a decadência e encontrar seu ocaso. Entretanto, antes do seu final, as referidas atividades, em específico, aquelas ligadas à plantação de cana-de-açúcar, seriam responsáveis pela destruição, ao longo de quatrocentos anos, de grandes extensões do bioma Mata Atlântica e pela utilização de uma significativa massa populacional de pessoas negras escravizadas. O bioma em questão foi paulatinamente destruído para aumentar diretamente a área plantada (para cana-de-açúcar ou fumo) ou para fornecer madeira, por exemplo, à construção civil e à produção do carvão necessário às máquinas a vapor, surgidas com a ferrovia e com os engenhos industriais, já no século XIX. Quanto a escravidão, esta foi intensamente utilizada, com aval institucional, até o final do século XIX, quando finalmente encontrou o seu fim, enquanto instituição. Os descendentes daqueles escravos ainda existem no Recôncavo e constituem a maior parte de sua população. São eles que constituem a massa de trabalhadores precarizados ou desempregados que vivem entre as cidades do Recôncavo subsistindo e, ainda, contribuindo para solidarizar a região. Enfim, o Recôncavo chegou ao século XX, sem a importância econômica que outrora teve, com alguns remanescentes de Mata Atlântica dispersos pela região e uma significativa massa populacional afrodescendente, carente socioeconomicamente e excluída. O principal da atividade açucareira, em particular, migrou para outros espaços do território brasileiro. Boa parte da população afrodescendente também migrou para a capital, Salvador, e para a região Sudeste. Ficou a paisagem devastada, maltratada, fruto da exploração irracional dos recursos e das pessoas, durante séculos.

Não se tem um problema puramente ecológico na realidade (e tampouco no Recôncavo), ou um problema puramente econômico, ou puramente social. A questão ecológica repercute em várias dimensões da vida cotidiana que se desenvolve nas escalas regional e local. A escassez de diversos recursos que atualmente se experimenta na região tem, obviamente, uma resposta econômica, mas

se desdobra como questão política, visto que o espaço regional é objeto de disputa e conflito entre variados grupos sociais. As relevantes paisagens físico-naturais, assim como as socioculturais, presentes na região – ainda que bastante degradadas – são objetos de disputa entre aqueles que as vêem como meio de subsistência e outros que as entendem como meio de reprodução do capital. Enfim, são muitos os exemplos que demonstram o quanto o tema ambiental se impõe como complexo e exige uma variada gama de abordagens analíticas, que também exigem ser integradas, caso se deseje realmente entendê-las. As questões ambientais, quase sempre consubstanciadas em conflitos, que se multiplicam na região também exigem ser articuladas na forma de uma mediação necessária. Aparentemente o tema ambiental pede um profissional capaz de reconhecer esse caráter naturalmente híbrido associado a ele. Um profissional que tenha uma formação ambiental, portanto interdisciplinar, capaz de dialogar com variadas áreas de conhecimento e com diversos sujeitos sociais, frequentemente, antagonizados.

O contexto atual se oferece oportunamente à formação ambiental. Na escala regional, do Recôncavo, paisagens e processos resultantes de séculos de evolução fornecem à formação em questão a oportunidade advinda de circunstâncias históricas, as quais inevitavelmente transbordam à região. Os processos, por exemplo, que desmataram o bioma Mata Atlântica, poluíram ou deterioraram os recursos hídricos que se originam em outros lugares, em outros territórios, e atravessam a região, para continuarem evoluindo em outros espaços. Ao mesmo tempo, desde a década de 1970, o desenvolvimento acelerado das forças produtivas constrói uma crise ambiental na escala global, e, por conseguinte, a suficiente pressão política necessária para o reconhecimento da questão ambiental como problema de Estado, portanto, merecedora de uma crescente institucionalização dos meios para seu entendimento e resolução. No Brasil, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92, foi um marco no sentido de estimular a institucionalização da problemática ambiental. Ainda assim, a transposição desse processo para o território não se realiza de modo sistemático e racional. Existe, atualmente, nas economias nacionais produtoras de commodities, uma tendência de se flexibilizar leis ambientais. Tal tendência, obviamente, se efetiva no Brasil e compõe um novo ciclo de produção de commodities agropecuárias e minerais, o qual será denominado por alguns autores de neoextrativismo. Concomitantemente a essa intensificação da exploração dos recursos naturais no âmbito nacional pelo grande capital, no sentido de os transformarem em mercadorias, evoluiu uma resistência organizada por parte de grupos sociais que dependem desses mesmos recursos naturais para subsistirem. Alguns desses grupos, presentes inclusive na Bahia, e no Recôncavo, possuem reconhecimento institucional – como os indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, etc – e reivindicam, junto a esse reconhecimento, os meios para que seus respectivos modos de vida

continuem existindo. Paralelamente, trazendo o foco desta análise para mais próximo, a rede urbana do Recôncavo e o processo de urbanização na escala nacional, com todos os problemas dela decorrentes, se acelera e se expande, de modo desordenado e predatório. Na região do Recôncavo, em especial, a proximidade dos dois maiores pólos urbanos da Bahia – Salvador e Feira de Santana – atribui às cidades da região uma dinâmica e conteúdos fortemente questionáveis do ponto de vista ambiental. O Recôncavo, aparentemente, absorve os custos ambientais e socioeconômicos do desenvolvimento de ambos os pólos urbanos, mas não experimenta os frutos “bons” desse processo de expropriação. Recursos energéticos e hídricos, produtos agropecuários, mão de obra, que conformam a região Recôncavo, são paulatinamente explorados pelos agentes econômicos estabelecidos na Região Metropolitana, e nas diversas metrópoles nacionais, porém apenas uma pequena parte da riqueza produzida na região em questão se territorializa no seu espaço. Em um cenário tão complexo, a mediação de conflitos, a construção de soluções técnicas adequadas e a gestão da institucionalidade ambiental demanda profissionais específicos que sejam capazes de garantirem o funcionamento racional do modo de produção capitalista, de forma que o mesmo atenuie suas contradições e consiga incluir o máximo de sujeitos.

Aqui mais uma vez o tema ambiental desvela sua hibridez e reclama uma abordagem diferenciada para ser pensado e tratado por uma sociedade que vive, fortemente, a crise ambiental moderna. Observa-se nisso, sob um aspecto bem ilustrativo, a necessidade de uma formação ambiental complexa que dê conta de uma dimensão, sistêmica, que se mostra crescentemente dinâmica e instável. A formação ambiental que deverá se propor a tratar a problemática ambiental no Recôncavo, a verá como a realização de um processo mais amplo que se realiza em diversas escalas do acontecer, mas se torna fenomênico quando se efetiva nos lugares, os quais devem ser reiteradamente trazidos – através de trabalhos de campo, visitas técnicas, etc. – ao processo de formação dos profissionais da área ambiental. A leitura sistêmica e integrada da realidade que se mostra nos lugares, analisada pelo olhar científico, proporciona revelar as conexões que ligam todos os lugares entre si e o mundo, pondo a mostra processos e sujeitos que participam da disputa pelo território e de seus recursos. Tal conhecimento permite planejar encaminhamentos e, quiçá, possíveis soluções.

Particularmente, o Bacharelado em Gestão Ambiental da UFRB é o primeiro, no nível de graduação, em uma universidade pública, do estado da Bahia.

6. OBJETIVOS

Com resgate dos princípios e conceitos da sustentabilidade, o curso de Bacharelado em Gestão Ambiental do CCAAB/UFRB tem como objetivo geral fornecer ao estudante uma compreensão holística e sistematizada dos principais processos ambientais, integrando conhecimentos de Gestão e das Ciências Ambientais ao currículo, de modo a conceder-lhes uma formação científico-pedagógica sólida, com atuações crítico-reflexivas e habilidades inter e multidisciplinares. Em complemento à grade do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais, o curso de Gestão Ambiental oferece componentes específicos de gestão ambiental consoante com a bancada docente existente com vista aos seguintes objetivos específicos:

- Promover um ambiente de discussão, ações e troca de conhecimento, informações e produção sobre temas de cunho ambiental, no âmbito de gestão;
- Apresentar uma abordagem holística e multidisciplinar, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável;
- Contextualizar as questões ambientais e os padrões de consumo e atividades e processos dos setores produtivos;
- Apresentar aspectos técnicos, legais e logísticos como subsídios para a gestão ambiental;
- Apresentar metodologias, instrumentos e ferramentas para avaliação, controle e monitoramento de impactos ambientais;
- Integrar os conceitos e técnicas de gestão com fundamentos teórico-práticos sobre os meios físico, biótico, sociopolítico e econômico;
- Promover avanço cultural e tecnológico no âmbito de gestão ambiental;
- Desenvolver capacidade preditiva de identificar problemas ambientais e sugerir alternativas para conhecimento e mitigação dos mesmos;
- Desenvolver habilidades para a proposição e execução de medidas de conservação e regularização ambiental;
- Habilitar profissionais para avaliar, gerir e executar atividades relacionadas ao meio ambiente, de forma a estarem aptos à elaboração de relatórios e tomada de decisão, bem como à interação com a sociedade e os diversos grupos sociais.

7. PERFIL DO EGRESSO

O Bacharel em Gestão Ambiental diplomado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em conformidade com os ciclos de formação – Primeiro Ciclo (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais - BCA) e Segundo Ciclo (Bacharelado em Gestão Ambiental - BGA), agregará um vasto conhecimento técnico-científico, multi e interdisciplinar acerca do meio ambiente e seus recursos, bem como sobre as relações natureza-sociedade, essenciais para as tomadas de decisões referente à gestão dos mesmos.

No Primeiro Ciclo configura-se a formação do Bacharel em Ciências Ambientais, o estudante tem contato com uma série de componentes básicos e específicos das Ciências Ambientais. Neste, integram-se componentes das Ciências Humanas, Naturais, Biológicas, Exatas, da Terra e afins, o que lhe garante uma visão holística sobre o tema. Ainda no primeiro ciclo, o estudante pode direcionar a sua formação em Gestão Ambiental, optando por componentes curriculares por meio do Itinerário Formativo, o qual dispõe da opção de um percurso formativo focado no perfil da gestão, como por exemplo, Políticas Públicas e Sistema de Gestão Ambiental.

No Segundo Ciclo, consolida-se o percurso formativo do Bacharel em Gestão Ambiental, onde o estudante cumprirá componentes complementares das Ciências Ambientais e Ciências correlatas para a sua formação específica de Gestor Ambiental. O perfil deste profissional prevê as seguintes habilidades:

- Elaboração de políticas ambientais e implantação de projetos de desenvolvimento sustentável;
- Atuação em processos de licenciamento e conformidades legais, auditorias e perícias ambientais;
- Elaboração e implantação de Sistema de Gestão Ambiental, Planos de Educação Ambiental e Planejamento Ambiental;
- Envolvimento em estudos de diagnóstico, avaliação, monitoramento ambiental e recuperação de áreas degradadas;
- Capacitação para elaboração e avaliação de relatórios, laudos e pareceres técnicos (ex.: AIA/EIA/RIMA);
- Capacidade para desenvolvimento de atividades de docência, participação em projetos de pesquisa e extensão;

- Promover a articulação e cooperação entre instituições de ensino, órgãos públicos, não governamentais, setor privado, terceiro setor e comunidades sobre questões relativas à sociedade e ao meio ambiente;
- Competência técnica para desenvolver serviços de assessoria e consultoria ambiental, com vista ao empreendedorismo.

8. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS, EPISTEMOLÓGICOS E PEDAGÓGICOS

O princípio primário que norteia este curso trata da preocupação em formar um gestor ambiental que seja capaz de cumprir a contento as atribuições que geralmente lhe são pertinentes na sociedade contemporânea, seja nas dimensões pública ou privada. Entretanto, é importante que a formação deste profissional lhe possibilite pensar criticamente essas atribuições a fim de que o mesmo seja competente para propor novas e que, eventualmente, seja apto a questionar as que estão postas. Desenvolver essa capacidade requer a eleição de outros princípios no processo de formação deste profissional, o gestor ambiental. A ver:

É princípio norteador do curso em questão, a **contextualização** do profissional em formação **do caráter do tema e da problemática ambiental**, cuja compreensão e entendimento perpassa pelo reconhecimento da **interdisciplinaridade**, da **complexidade** e da **transversalidade** que lhes são pertinentes, afinal os conteúdos ambientais atravessam diversas áreas do conhecimento (Ciências Naturais, Ciências Exatas, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas), são constitutivos do cotidiano de todos mais do conhecimento prático construído pelos saberes tradicionais. A consciência deste fato reivindica, à formação do gestor ambiental outros princípios: **cuidado**, **responsabilidade** e **comprometimento** associados à **capacidade de articulação** deste profissional com diversos sujeitos em diferentes lugares e variadas escalas.

Diante de um tal cenário de atuação, a **conectividade** e a **interatividade** como princípios constitutivos da formação do gestor ambiental tornam-se visíveis. Ambos os princípios derivam de muitas outras formas. Todas sintetizadas na institucionalizada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que são senão modos qualificados de conexão e interação da universidade – e, por conseguinte, do curso – com a sociedade. A referida indissociabilidade transforma o tema ambiental em problemáticas reais que devem ser pensadas e sistematizadas pelo conhecimento científico e, ao mesmo tempo, em matéria-prima do aprendizado dos profissionais em formação. As formas de interação e conexão – traduzidas institucionalmente em pesquisa, extensão e ensino – devem ser estimuladas através de iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, monitoria, curricularização da extensão, estágio, ações de internacionalização, etc.

Enfim, enquanto princípio fundamental que norteia o curso em questão, busca-se uma formação que incentive como atitudes do futuro profissional, e como conteúdos que acompanham o próprio curso, o **compromisso com a sustentabilidade socioambiental**, através do **estímulo à inovação** e a

disseminação, por exemplo, **de tecnologias e métodos de gestão sócio ambientalmente corretos**.

Observando que tais ações, sócio ambientalmente corretas e sustentáveis, são indissociáveis de três outros princípios: a **equidade**, a **justiça** e a **inclusão socioambientais**. Promover o desenvolvimento socioambiental de uma região – seja a região Recôncavo, ou qualquer região da Bahia, ou mesmo do Nordeste – e/ou do território nacional requer uma preocupação que é inerente ao tema, por sua natureza sistêmica e transversal, em diminuir as desigualdades e corrigir as injustiças, propiciando o uso sustentável, racional, dos recursos no maior interesse da sociedade nacional.

9. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA

A proposta apresentada neste Projeto Político Pedagógico encontra-se em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, ao considerar o que se apresenta a seguir.

A missão da UFRB busca consolidar a sua identidade regional e atingir a sua função social de ofertar educação superior pública e de qualidade. Neste sentido, o projeto pedagógico que se propõe aqui contribui plenamente para o alcance dessa missão, ao consubstanciar a oferta do Bacharelado em Gestão Ambiental, ao que se agrega sólida base em ciências ambientais, em torno de uma das demandas de maior importância para o desenvolvimento do Recôncavo – diferentes impactos sociais, econômicos e ambientais.

O curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, ao ser ofertado no Recôncavo da Bahia, reveste-se de grande significado, considerando os impactos socioambientais causados pelas monoculturas, pela urbanização e pela atividade mineradora. Há significativa carência de profissionais qualificados para lidar com as questões sociais e ambientais, em vista da exploração dos diversos recursos naturais, da expansão urbana, dos investimentos em processos produtivos e em infraestruturas de circulação e logística em toda a região, como também em todo o Estado.

A política de ensino da UFRB à medida que propõe a criação de um Bacharelado em Gestão Ambiental, como uma das formações profissionalizantes do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais, busca:

- atender ao princípio da interdisciplinaridade e flexibilidade curricular, por meio da formação em ciclos;
- atender às diretrizes de ensino, ao fundamentar-se em um conjunto de componentes curriculares distribuídos nas modalidades de formação básica e formação específica;
- atender às metas de ampliação de cursos e ofertas de vagas, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional;
- reforçar a integração entre o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão, à medida que a proposta tem por equipe pesquisadores altamente qualificados e ativos, comprometidos com o saber e o fazer científicos e sua indissociabilidade com o ensino e a extensão.

Ainda ao avaliar o atendimento do Bacharelado em Gestão Ambiental ao PDI da UFRB, chama a atenção a resposta do curso aos seguintes pontos:

- Apresenta práticas pedagógicas inovadoras, a exemplo dos componentes “Leitura de Ambientes”, os quais constituem um instrumento de integração de conteúdo dos diversos componentes por meio do envolvimento integral dos docentes, estimulando as relações com a comunidade não acadêmica e implementando a Curricularização da extensão, proporcionando um rico debate que fortalecerá a visão crítico-constructiva dos discentes;
- No campo das ações afirmativas, os estudantes, de acordo com a demanda que apresentem, seja ao representante discente no colegiado, ou ao programa de tutoria voluntário, será encaminhado pela coordenação do curso e/ou pelo professor-tutor ao órgão e/ou programa mais adequado oferecido e/ou mediado pela UFRB, tais como: Programa de Permanência qualificada, monitoria, assistência psicológica, etc. A preocupação do BGA com as ações afirmativas também se espelha em mais duas iniciativas, próprias do curso de primeiro ciclo através dos componentes “Diversidade, Cultura e Relações Étnico-raciais” na matriz curricular, a qual procura discutir criticamente a questão étnico-racial no Brasil; e a Curricularização da extensão que integra no processo de ensino-aprendizagem ações de relevância social voltadas para a comunidade não acadêmica.
- No âmbito dos esforços para internacionalização reflete-se a busca por oportunidades de cooperação científica, tecnológica, acadêmica e cultural que possam disponibilizar aos discentes e docentes experiências educacionais e profissionais em projetos e programas de instituições de língua e cultura estrangeira, que resultem em melhoria das suas formações. Para alcançar tais objetivos será utilizada a rede de acordos internacionais já firmados pela UFRB com diversas Universidades e Instituições internacionais.
- O Colegiado do curso, entendendo a importância da vivência prática dos discentes, inseridos em uma nova realidade, incentivará atividades de mobilidade, atendendo ao exposto nas Resoluções CONAC 06/2008 e 034/2013. Os procedimentos para a avaliação dos pedidos de mobilidade estudantil e intercâmbio cultural ocorrerão de acordo com o Regulamento de Ensino da Graduação da UFRB, por meio da Resolução nº 04/2018. A mobilidade dos discentes poderá ser realizada em instituições de ensino e pesquisa, nacionais ou internacionais, bem como, em outros centros de ensino da UFRB, cursando componentes curriculares importantes à sua formação.
- O presente projeto político pedagógico apresenta-se em consonância com a política institucional de excelência acadêmica da UFRB, pois inova ao propor estes cursos na modalidade de ciclos. Além disso, o curso está orientado para que os egressos sejam

agentes transformadores na sociedade, através de uma prática profissional pautada nas dimensões ética, científica, técnica, profissional, social e intelectual.

- O compromisso com a inclusão social configura-se por meio da adesão ao SISU, como meio de acesso ao curso de primeiro ciclo, garantia de utilização do nome social, além da inclusão de componentes como Universidade, Sociedade e Ambiente e Diversidade, Cultura e Relações Étnico-Raciais em sua matriz curricular de primeiro ciclo, em atendimento à Lei 10.639/2003.
- Conforme já exposto, a formação em Gestão Ambiental é de grande importância para que o Desenvolvimento Regional ocorra de forma sustentável, especialmente considerando a importância destes conhecimentos para o planejamento das ações e investimentos nas áreas públicas e privadas com reduzido impacto no ambiente local. Ressalta-se ainda que o formato do curso estimula a interação da comunidade acadêmica com o entorno regional por meio dos programas e projetos vinculados aos docentes.
- A experiência universitária incentivada pela articulação entre o ensino e pesquisa, promovem a participação do estudante em grupos de pesquisa, e corroboram na interlocução entre discentes e docentes, em projetos de extensão, em entidades e instâncias decisórias, reforçando o princípio da autonomia da atuação profissional.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso bacharelado em Gestão Ambiental é parte de uma arquitetura curricular fundamentada em ciclos: o primeiro ciclo corresponde ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais (BCA), que possui os eixos de formação: “Homem - Ambiente - Realidade”, “Formação Básica em Ciências Ambientais”, “Recursos Naturais” e “Interação Sociedade Ambiente”, perpassados pelo instrumento integrador multidisciplinar “Leitura de Ambientes” e pelo Itinerário Formativo da Gestão Ambiental, composto por quatro componentes curriculares ofertados no BCA, sendo eles: “Políticas públicas para o meio ambiente”, “Sistemas de Gestão Ambiental”, “Biologia da conservação” e “Geologia ambiental”. No caso específico do curso bacharelado em Gestão Ambiental há o aprofundamento no estudo dos eixos de formação “Recursos Naturais” e “Interação Sociedade Ambiente”, que se integram através do instrumento integrador multidisciplinar “Leitura de Ambientes”.

A bagagem adquirida pelo estudante em sua formação de primeiro ciclo é fundamental e requisito, para que este possa se matricular no curso bacharelado em Gestão Ambiental, o segundo ciclo de formação. Este segundo ciclo visa a “Formação específica” e profissionalizante do BCA, sendo que, somadas, a formação no primeiro e segundo ciclo possuem tempo mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos de integralização dos créditos. Isoladamente, o BCA é integralizado no prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 5 (cinco) anos e o bacharelado em Gestão Ambiental é integralizado no prazo mínimo de 1 (um) ano e máximo de 2 (dois) anos.

O presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) apresenta a estrutura do curso bacharelado em Gestão Ambiental (2º Ciclo), destacando seus componentes curriculares, e ainda a representação dos componentes que foram cursados pelo discente em seu primeiro ciclo.

De forma compatível com os direcionamentos conceituais presentes no parecer CNE/CES 266/2011 - Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares das Universidades Federais, o curso bacharelado em Gestão Ambiental insere-se como um curso de formação específica, profissionalizante. Enquanto o BCA foi elaborado e voltado para desenvolver nos discentes os saberes voltados para as formações básica e geral, o bacharelado em Gestão Ambiental contempla alguns componentes curriculares de formação geral, mas principalmente componentes curriculares de formação específica e alinhada às práticas profissionais contemporâneas.

Conforme disposto no Regulamento de Ensino de Graduação, os concluintes do BCA que quiserem ingressar em um curso de formação específica e obterem um segundo diploma devem se inscrever em edital publicado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) de acesso ao segundo ciclo.

Os componentes curriculares apresentados, que fazem parte da formação do(a) discente, foram pensados de modo que o(a) estudante construa um conhecimento cada vez mais aprofundado dos aspectos relacionados ao gerenciamento ambiental, com vista a promover o desenvolvimento sustentável. Com base nos conhecimentos adquiridos no BCA o(a) discente poderá aperfeiçoar-se nos conhecimentos referentes à legislação e gestão do meio ambiente, bem como auxiliar na recuperação ambiental, quando este (o ambiente) já se encontrar impactado por atividades antrópicas. No segundo ciclo de formação (bacharelado com caráter profissionalizante), de modo específico e complementar ao primeiro ciclo são inseridos novos componentes ou aprofundados outros, tais como “Licenciamento Ambiental”, “Certificação, Auditoria e Perícia Ambiental”, “Gestão de Resíduos Sólidos” que abordam assuntos relacionados aos resíduos sólidos, efluentes e emissões atmosféricas, entre outras, fundamentais para a formação do Gestor Ambiental. Destaca-se ainda o componente curricular integrador “Leitura de ambientes V”, que corresponde ao eixo integrador multidisciplinar e objetiva desenvolver aos discentes as habilidades voltadas para a mediação de conflitos e o diálogo com comunidades, representantes políticos, representantes de órgãos públicos, além da sociedade em geral.

O bacharel em Gestão Ambiental será inserido em um currículo primordialmente interdisciplinar, desde sua graduação de primeiro ciclo, com docentes de diferentes áreas de formação, e sempre com a proposição de uma visão integradora dos conteúdos trabalhos, interligando teoria e prática. Além disso, destaca-se a flexibilidade dada ao discente na escolha de alguns componentes optativos, em total de 3 (três) ao longo do 2º ciclo formativo, podendo o(a) estudante optar por diferentes caminhos formativos.

Subdivido em dois semestres, o curso bacharelado em Gestão Ambiental, continuação do BCA, apresenta componentes curriculares complementares e aplicados, iniciando no semestre I por componentes curriculares como “Licenciamento Ambiental”, “Avaliação de Impactos Ambientais”, “Certificação, Auditoria e Perícia Ambiental”, “Optativa 5”, “Optativa 6” e “Trabalho de Conclusão de Curso I”, que visa desde o semestre I a preparar o discente para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). No semestre II estão presentes componentes como “Recursos Energéticos”, “Leitura de Ambientes V”, “Economia e Meio Ambiente”, “Gestão de Resíduos Sólidos”, “Optativa 7” e “Trabalho de conclusão de Curso II”. Assim, é notória a

evolução no aprofundamento das abordagens do conhecimento, valorizando, além da experiência de cada discente, seu amadurecimento acadêmico.

Os componentes curriculares ofertados no bacharelado em Gestão Ambiental contarão com atividades práticas em campo e com a elaboração de documentos técnicos pelos estudantes, segundo seu nível formativo, proporcionando assim a vivência necessária à prática profissional do futuro gestor ambiental.

Além disso, se buscará desenvolver anualmente eventos científicos que permitam aos discentes terem contato com os pesquisadores de várias universidades, dos demais centros de pesquisa e empresas brasileiras. Também será fomentada a execução de projetos interdisciplinares, através de estudos de casos brasileiros e internacionais que permitam a avaliação integrada pela ótica dos diversos componentes curriculares e que apresentem as melhores práticas de gestão ambiental.

Finalmente, se buscará a integração das ações universitárias de ensino, pesquisa e extensão, visto que as pesquisas realizadas na própria universidade poderão servir de base para exposição de conteúdos no ensino em sala de aula, além das oportunidades que os discentes terão de conhecer empresas e comunidades através das práticas de curricularização da extensão

10.1. ESTRUTURA CURRICULAR

10.1.1. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERCURSO FORMATIVO

Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais (1º ciclo)						Bacharelado em Gestão Ambiental (2º ciclo)	
SEMESTRE I	SEMESTRE II	SEMESTRE III	SEMESTRE IV	SEMESTRE V	SEMESTRE VI	SEMESTRE VII	SEMESTRE VIII
Geologia Geral 68h	Educação Ambiental 68h	Leitura de Ambientes I 68h	Leitura de Ambientes II 68h	Leitura de Ambientes III - 68h	Leitura de Ambientes IV 68h	Licenciamento Ambiental - 68h	Recursos Energéticos 51h
Universidade, Sociedade e Ambiente - 68h	Cálculo 85h	Estatística 68h	Optativa 3 (Eixo comum) 68h	Geotecnologias - 68h	Planejamento e Gestão Ambiental - 68h	Certificação, Auditoria e Perícia Ambiental - 68h	Optativa 8 (Eixo específico) - 51h
Introdução às Ciências Ambientais - 51h	Cartografia 68h	Física 68h	Climatologia Geral - 68h	Itinerário Formativo 1 (Gestão Ambiental) 68h	Itinerário Formativo 3 (Gestão Ambiental) 68h	Avaliação de Impactos Ambientais 68h	Economia e Meio Ambiente 68h
Metodologia da Pesquisa 68h	Direito Ambiental 51h	Química Geral 68h	Química Ambiental - 68h	Itinerário Formativo 2 (Gestão Ambiental) 68h	Itinerário Formativo 4 (Gestão Ambiental) 68h	Trabalho de Conclusão de Curso I - 34h	Gestão de Resíduos Sólidos 68h
Matemática Básica - 68h	Ecologia Geral - 68h	Optativa 1 (Eixo comum) 51h	Geomorfologia- 68h	Qualidade de Ecossistemas - 68h	Sensoriamento Remoto 68h	Optativa 5 (Eixo específico) - 51h	Trabalho de Conclusão de Curso II - 34h
Biologia Geral 68h	Diversidade, Cultura e Relações Étnico-raciais 68h	Empreendedorismo - 51h	Pedologia I - 51h	Pedologia II 51h	Recursos Hídricos - 68h	Optativa 6 (Eixo específico) - 68h	Optativa 7 (Eixo específico) - 51h
-	-	Optativa 2 (Eixo comum) - 51h	Optativa 4 (Eixo comum) - 68h	-	Recuperação de Áreas Degradadas - 68h		
Carga horária Total do semestre: 391h	Carga horária Total do semestre: 408h	Carga horária Total do semestre: 425h	Carga horária Total do semestre: 459h	Carga horária Total do semestre: 391h	Carga horária Total do semestre: 476h	Carga horária Total do semestre: 357h	Carga horária Total do semestre: 323h

Componentes Curriculares Obrigatórios: 2.312h (1º ciclo) + 459h (2º ciclo) = **2.771h**

Componentes Curriculares Optativos: 221h (1º ciclo) + 221h (2º ciclo) = **442h**

Trabalho de Conclusão de Curso: (2º ciclo) **68h**

Estágio Curricular Obrigatório: **Estágio curricular não obrigatório.**

Percentual da carga horária destinada à Extensão: 10% (73 horas)

Atividades Complementares de Curso: 150h (1º ciclo) + 50h (2º ciclo) = **200h**

CARGA HORÁRIA TOTAL: 2.400h (1º ciclo) + 730h (2º ciclo) = **3.130h**

Homem-Ambiente-Realidade	204h
Formação Básica em Ciências Ambientais	561h
Recursos Naturais	578h
Interação Sociedade Ambiente	833h
Itinerário Formativo	272h
Instrumento Integrador	323h



Figura 1. Representação gráfica do perfil de formação do curso bacharelado interdisciplinar em Ciências Ambientais.

A figura 1 representa a estrutura da matriz curricular do BCA, composta de 4 Eixos, a saber: Homem-Ambiente-Realidade (em vermelho), Formação Básica em Ciências Ambientais (em amarelo), Recursos Naturais (em verde) e Interação Sociedade Ambiente (em azul), guiados e norteados pelo Instrumento Integrador (em cinza), o qual está relacionado aos componentes curriculares denominados “Leitura de Ambientes”, responsáveis por promover a interdisciplinaridade e o diálogo entre os demais eixos do referido curso. Por fim, tem-se, nos dois últimos semestres do BCA, o Itinerário Formativo (em salmão), no qual o discente optará por um conjunto específico de componentes curriculares, de acordo com a especialização profissional para o segundo ciclo. Observa-se que os eixos não apresentam uma estrutura rígida, uma vez que o BCA se caracteriza pela transdisciplinaridade e diversidade de áreas do conhecimento, permitindo a flexibilização curricular. Isto garante, portanto, um perfil mais completo e abrangente dos discentes.



Figura 2. Representação gráfica do perfil de formação do curso bacharelado em Gestão Ambiental.

No caso específico do bacharelado em Gestão Ambiental (Figura 2) haverá o aprofundamento no estudo de componentes curriculares pertencentes aos eixos de formação “Recursos Naturais” (em verde) e “Interação Sociedade Ambiente” (em azul), guiados e norteados pelo “Instrumento Integrador” (em cinza) Leitura de Ambientes..

Quadro 1: Competências e aptidão por “Eixos de formação” e pelo “Instrumento integrador” do bacharelado em Gestão Ambiental.

EIXOS DE FORMAÇÃO	COMPETÊNCIAS E APTIDÃO
Recursos Naturais	Entender os processos evolutivos do universo e da Terra; dos princípios da ecologia e sua relação com a conservação dos ecossistemas.
Interação Sociedade Ambiente	Compreender de forma integrada o papel das Ciências Naturais e Humanas no planejamento, uso e ocupação do espaço, assim como dos processos de ordenamento territorial e gestão dos recursos naturais. Desenvolver uma visão holística e integrada das relações sociedade e meio ambiente. Compreender e avaliar as consequências da ação da sociedade sobre os recursos naturais e as implicações para as gerações atuais e futuras.
INSTRUMENTO INTEGRADOR	
Leitura de Ambientes	Conhecer de forma integrada os ecossistemas regionais e suas paisagens. Analisar os elementos característicos da paisagem. Diagnosticar e caracterizar o meio ambiente para avaliar impactos ambientais e medidas de recuperação. Conhecer os procedimentos para elaboração e execução de projetos ambientais. Entender os processos legais e regulamentares envolvidos na gestão ambiental, na aplicação de medidas corretivas e na comunicação com a sociedade. Identificar, avaliar e mediar conflitos socioambientais.

10.1.2. COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

Código	Nome	Função	Semestre	Carga Horária				Total/semana	Pré-Requisitos
				T	P	EXT	Total		
GCCA	Licenciamento Ambiental	Específica	VII	68	-	-	68h	4h	
GCCA	Certificação, Auditoria e Perícia Ambiental	Específica	VII	68	-	-	68h	4h	
GCCA	Avaliação de Impactos Ambientais	Específica	VII	34	34	10	68h	4h	
GCCA	Trabalho de Conclusão de Curso I	Específica	VII	34	-	-	34h	2h	
GCCA	Recursos Energéticos	Geral	VIII	34	17	-	51h	3h	
GCCA	Economia e Meio Ambiente	Específica	VIII	68	-	50	68h	4h	
GCCA	Gestão de Resíduos Sólidos	Específica	VIII	34	34	13	68h	4h	
GCCA	Trabalho de Conclusão de Curso II	Específica	VIII	34	-	-	34h	2h	Trabalho de Conclusão de Curso I

T- Teórica

P- Prática

EXT- Carga horária de Extensão

10.1.3. COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Código	Nome	Função	Semestre	Carga Horária				Total/semana	Pré-Requisitos
				T	P	EXT	TOT		
GCCA	Áreas Protegidas	Específico	-	51	-	-	51	3h	
GCCA	Estudos Integrados do Meio Ambiente	Específico	-	51	-	-	51	3h	
GCCA	Saúde Ambiental	Específico	-	51	-	-	51	3h	
GCCA	Análise Custo-Benefício Ambiental de Projetos	Geral	-	51	-	-	51	3h	
GCCA	Sustentabilidade Ambiental	Específica	-	68	-	-	68	4h	
GCCA	Poluição do Solo	Específico	-	17	34	-	51	3h	
GCCA	Elaboração e Gestão de Projetos Socioambientais	Geral	-	17	34	-	51	3h	
GCCA	Técnicas de Análises Ambientais	Geral	-	17	34	-	51	3h	
GCCA	Mediação de Conflitos Socioambientais	Específico	-	51	-	-	51	3h	
GCCA	LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	Geral	-	68	-	-	68	4h	
GCCA	Direito Mineral	Específico	-	51	-	-	51	3h	
GCCA	Gestão Costeira	Específico	-	34	34	-	68	4h	
GCCA	Introdução às Ciências do Mar	Básica	-	34	34	-	68	4h	
GCCA	Introdução ao Mapeamento Geológico-Ambiental	Básica	-	17	51	-	68	4h	
GCCA	Introdução ao R	Específico	-	-	51	-	51	4h	
GCCA	Modelagem Ambiental	Específico	-	34	34	-	68	4h	
GCCA	Fitogeografia do Brasil	Específico	-	34	17	-	51	3h	
GCCA	Biogeografia	Geral	-	34	17	-	51	3h	
GCCA	Geotecnologias II	Específico	-	34	34	-	68	4h	
GCCA	Gestão de Áreas Contaminadas	Específico	-	34	34	-	68	4h	

T- Teórica

P- Prática

EXT- Carga horária de Extensão

10.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE CURSO

Bacharelado em Gestão Ambiental
Resolução para Atividade Complementar

RESOLUÇÃO CONAC N° 059/2022

Regulamenta as Atividades Complementares do
Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia —
UFRB.

O Presidente do Conselho Acadêmico — CONAC da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no uso das suas atribuições e tendo em vista a deliberação extraída da sessão ordinária de sua Câmara de Graduação, realizada no dia 20 de maio de 2022:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regulamento de Atividades Complementares do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, conforme o anexo único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cruz das Almas, 03 de Junho de 2022.

Fábio Josué Souza dos Santos
Reitor
Presidente do Conselho Acadêmico

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO (ACC)

Bacharelado em Gestão Ambiental

CAPÍTULO I

Dos Princípios Gerais

Art. 1º As atividades complementares possuem o objetivo de ampliar o conhecimento dos discentes quanto à sua formação profissional e intelectual, permitindo a sua diversificação e enriquecendo a formação oferecida na graduação, abrindo perspectivas nos contextos socioeconômico, técnico-científico e cultural da área profissional escolhida, através da participação do corpo discente em tipos variados de atividades e eventos.

Art. 2º As atividades complementares serão desenvolvidas ao longo do curso com uma carga horária de 50 horas, segundo o Projeto Político Pedagógico de Curso.

Art. 3º A escolha das atividades complementares dependerá da iniciativa e do dinamismo de cada discente, que deve buscar as atividades que mais lhe interessam e que melhor contribuam para a sua formação profissional e intelectual, contando com o apoio do Professor Orientador.

CAPÍTULO II

Da Divulgação

Art. 4º Caberá ao Colegiado de curso a divulgação da regulamentação das atividades complementares no ano de ingresso dos discentes.

CAPÍTULO III

Do Colegiado

Art. 5º Compete ao Colegiado do Curso:

- I. Designar os Professores Orientador de ACC para os discentes de acordo com o ano de ingresso;
- II. Indicar o número de discentes por Professor Orientador de ACC, de forma proporcional entre os docentes do Curso;

- III. Cadastrar o vínculo do Professor Orientador com o discente no Sistema Acadêmico;
- IV. Divulgar aos discentes o nome do Professor Orientador;
- V. Substituir, a qualquer tempo, a orientação mediante solicitação e justificativa apresentadas pelo Professor Orientador ou discente.

CAPÍTULO IV

Da Responsabilidade do Professor Orientador

Art. 6º A orientação aos discentes para o planejamento e definição das atividades complementares se dará pela figura do Professor Orientador, por meio do qual o aluno será acompanhado em suas atividades acadêmicas.

Art. 7º Compete ao Professor Orientador:

- I. Cumprir e fazer cumprir o que lhe compete neste regulamento;
- II. Orientar o discente quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares e quanto à sua escolha e execução;
- III. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades realizadas por seus orientados, tendo como parâmetro o perfil do profissional que se deseja formar, segundo o Projeto Político Pedagógico do Curso.
- IV. Avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo discente de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;
- V. Homologar as Atividades Complementares no Sistema Acadêmico para fins de registro de carga horária no histórico acadêmico do discente;
- VI. Fixar e divulgar locais, datas e horários, no Sistema Acadêmico para atendimento aos discentes.

CAPÍTULO V

Da Responsabilidade do discente

Art. 8º Os discentes devem:

- I. Cumprir o que está disposto na resolução das Atividades Complementares do Bacharelado em Gestão Ambiental;
- II. Comparecer aos atendimentos nos horários definidos pelo Professor Orientador;
- III. Inserir anualmente no Sistema Acadêmico comprovação das Atividades Complementares realizadas, para fins de validação pelo Professor Orientador;
- IV. No caso de certificados que não possuam código de verificação eletrônico o discente deverá,

antes de inserir no sistema, proceder no núcleo acadêmico autenticação administrativa;

V. Os discentes deverão reunir-se, obrigatoriamente, com o Professor Orientador.

CAPÍTULO VI

Do Desenvolvimento e Avaliação

Art. 10º As atividades complementares do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental receberão uma pontuação conforme o barema descrito a seguir:

Nº	Atividades Complementares	Unidade	Pt/Tempo	Pontuação Máxima
Participação em Atividades Técnicas e Pedagógicas				
1	Estágio Extracurricular	pt/h	0,2	40
2	Monitoria	pt/semestre	10	20
3	Visitas técnicas	pt/visita	1	10
4	Grupos de estudos registrados	pt/grupo	2	6
5	Programa Especial de Treinamento	pt/semestre	10	40
6	Empresa Junior	pt/semestre	10	40
7	Incubadora	pt/semestre	10	40
8	Participação em Projetos certificados por organizações governamentais ou não governamentais	pt/semestre	10	40
9	Bolsa de Apoio Técnico e Pedagógico	pt/semestre	10	40
10	Componentes curriculares extras, cursados pelo discente em sua área do conhecimento	pt/compon ente	5	40
Total Parcial				
Atividades de Pesquisa e Extensão				
11	Participação em Projeto de Pesquisa registrado na UFRB	pt/semestre	15	45
12	Participação em Projeto de Extensão e/ou Ensino registrado na UFRB	pt/h	0,5	40
13	Iniciação Científica, Iniciação Científica Tecnológica, ou participação em projeto apoiado por Agências de Fomento	pt/semestre	10	40
14	Bolsa de Pesquisa ou Extensão	pt/semestre	5	20
15	Membro de Grupo de Pesquisa	pt/grupo	2	4
Total Parcial				
Publicações				
16	Autor de publicação em periódicos Qualis > ou = B1	pt/obra	40	-
17	Autor de publicação em periódicos. Qualis < B1	pt/obra	30	-
	Livro publicado/organizado ou capítulos de	pt/obra	25	-

	livro publicado			
18	Autor de trabalho completo em anais de eventos internacionais.	pt/obra	20	-
19	Autor de trabalho completo em anais de eventos nacionais, regionais ou locais.	pt/obra	15	-
20	Autor de resumo expandido em anais de eventos internacionais	pt/obra	15	-
21	Autor de resumo expandido em anais de eventos nacionais, regionais e locais	pt/obra	10	-
22	Autor de resumo simples em anais de eventos internacionais.	pt/obra	10	-
23	Autor de resumo simples em anais de eventos nacionais, regionais e locais.	pt/obra	5	-
24	Autor em boletim, cadernos técnicos, internet ou outros comunicados científicos e de divulgação	pt/obra	4	-
Total Parcial				
Participação/Organização em Eventos (pontuação máxima 20 pontos)				
25	Eventos locais/regionais com temática na área do curso	pt/evento	2	-
26	Eventos nacionais com temática na área do curso	pt/evento	3	-
27	Eventos internacionais com temática na área do curso	pt/evento	5	-
28	Participação em eventos técnicos ou culturais organizados pela UFRB ou eventos fora da área do curso	pt/evento	1	-
	Organização de eventos	Pt/evento	10	-
Total Parcial				
Participação em Cursos (pontuação máxima 20 pontos)				
29	Até 20h	pt/curso	3	-
30	Entre 21h e 40h	pt/curso	6	-
31	41h ou mais	pt/curso	8	-
Total Parcial				
Apresentações e Exposições em Eventos: Orais e Pôsteres				
32	Evento Local/Regional	pt/trabalho	2	-
33	Evento Nacional	pt/trabalho	4	-
34	Evento Internacional	pt/trabalho	6	-
Total Parcial				
Premiações				
35	Prêmios de Publicação	pt/prêmio	10	-
36	Prêmios em Eventos/Projetos	pt/prêmio	10	-
Total Parcial				
Representação Estudantil (pontuação máxima 30 pontos)				
37	CONAC	pt/ano	15	-

38	Conselho de Centro	pt/ano	15	-
39	Diretório Acadêmico	pt/ano	15	-
40	Diretório Central	pt/ano	15	-
41	Colegiado de Curso	pt/ano	15	-
42	Outros	pt/ano	15	-
Total Parcial				
Atividades de Inovação				
43	Patente Depositada	pt/obra	20	-
44	Patente Registrada	pt/obra	50	-
45	Registro de Software	pt/obra	30	-
46	Obra Intelectual Registrada	pt/obra	30	-
47	Marca Registrada	pt/obra	10	-
Total Parcial				
Total Geral				

§1º Os discentes devem integralizar um mínimo de 50 pontos.

§2º Os grupos de estudos deverão ser cadastrados no Centro e o aluno deverá ter pelo menos 75% de frequência.

§3º Ao final da contagem do barema os pontos serão convertidos em horas, cada ponto correspondendo a uma unidade de hora, para serem computados na carga horária de Atividades Complementares.

§4º A pontuação especificada nos itens 11 e 13 não podem ser cumulativas para um mesmo projeto de pesquisa.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 11º Os casos omissos serão resolvidos pelo CONAC, observada a legislação pertinente.

Art. 12º Este Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação.

Cruz das Almas, 03 de junho de 2022

Fábio Josué Souza dos Santos

Reitor

Presidente do Conselho Acadêmico

10.3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A Curricularização da Extensão é a inserção da formação extensionista do discente no Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, com orientação da sua ação, prioritariamente, para áreas de pertinência social, compreendidas enquanto ações de interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade, conforme previsto na Resolução CONAC/UFRB 025/2021.

Para tanto, entende-se por Extensão Universitária, o processo educativo, artístico, cultural e científico que articula as atividades de ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre Universidade e demais setores da sociedade. Compreendendo as atividades de Extensão como uma forma de ensino voltada para a ação com os segmentos da sociedade, em áreas de pertinência social, a Curricularização da Extensão no Curso de Gestão Ambiental prevê no mínimo dez por cento do total de carga horária curricular do Projeto Político Pedagógico de Curso.

Prioritariamente, a curricularização da extensão será efetivada por meio de Programas e Projetos de Extensão que integram ações específicas articuladas com os componentes curriculares. Os Programas ou Projetos de Extensão serão coordenados por docentes efetivos e registrados na Pró-Reitoria de Extensão da UFRB, obedecendo às normas do Regulamento da Curricularização da Extensão deste curso, em consonância com a Resolução CONAC/UFRB 025/2021 e a Resolução CONAC/UFRB 057/2022.

O curso apresenta as ações de curricularização da extensão com foco em programas e projetos de relevância social junto à comunidade não acadêmica. Buscará estimular a participação de docentes e discentes no Fórum 20 de Novembro: Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo, que é um programa institucionalizado que ocorre anualmente e busca a promoção da igualdade racial. O formato do curso estimula a interação da comunidade acadêmica com o entorno regional por meio dos programas e projetos vinculados à curricularização da extensão e que a integração aplicada dos conteúdos do curso, especialmente via componentes **Avaliação de Impactos Ambientais, Economia e Meio Ambiente e Gestão de Resíduos Sólidos**.

As disciplinas **de Avaliação de Impactos Ambientais** e Economia e Meio Ambiente têm um grande potencial para serem vinculadas às práticas de extensão universitária. A primeira disciplina pode contribuir para a realização de estudos ambientais em comunidades, organizações e instituições, a fim de avaliar e mitigar os impactos ambientais decorrentes de atividades humanas. Nesse sentido, os estudantes podem ser inseridos em projetos de extensão que visem a

implementação de medidas mitigadoras, como o reflorestamento de áreas degradadas ou a implementação de sistemas de tratamento de resíduos.

Já a disciplina de Economia e Meio Ambiente pode contribuir para a realização de projetos de extensão que visem à conscientização e educação financeira de comunidades sobre a importância da preservação do meio ambiente. Pelo componente de Gestão de Resíduos Sólidos discentes podem ser inseridos em projetos que trabalhem a economia circular, por exemplo, que estimulem o reaproveitamento de resíduos como forma de gerar renda e proteger o meio ambiente.

Dessa forma, a articulação entre as disciplinas e os programas e projetos de extensão podem contribuir para a construção de uma relação pluriespistêmica entre a academia e a sociedade, promovendo a participação de diversos setores da sociedade na transformação social por meio da educação. Além disso, a inclusão dessas disciplinas no projeto pedagógico do curso pode favorecer a formação de profissionais capazes de promover uma gestão sustentável de recursos e de trabalhar de forma integrada com a sociedade.

Este PPC se baliza na orientação constante da Resolução CONAC/UFRB 025/2021 que conceitua Programa de Extensão como “o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos e prestação de serviços), preferencialmente, integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, evidência de diretrizes e orientação para um objetivo comum, executado a médio e longo prazo”, e conceitua Projeto de Extensão como “a ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. O projeto pode ser vinculado a um programa, quando faz parte de uma nucleação de ações, ou não vinculado a um programa (projeto isolado)”.

10.4. ESTÁGIO CURRICULAR

O estágio curricular do Curso Bacharelado em Gestão Ambiental, conforme a legislação vigente, é um ato educativo desenvolvido no ambiente de trabalho que proporciona ao discente, conhecimentos e experiências profissionais, uma vez que, a interação com o setor produtivo é uma etapa importante para a formação profissional do gestor. Esta interação dá-se por meio de Estágio Supervisionado, como componente **não obrigatório** para a integralização do curso.

A possível realização do estágio é feita com base em convênio formal entre a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e instituições públicas ou privadas que necessitam da aplicação do conhecimento em Gestão Ambiental. Sendo, dessa forma, realizado sob a supervisão de docentes da instituição concedente e acompanhado por profissionais das instituições receptoras.

A avaliação do discente se dá por meio de um processo continuado, ao longo da realização do componente e, através da entrega e apresentação pública do relatório de estágio, seguindo-se os critérios estabelecidos pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que especificam as formas de operacionalização e de avaliação do estágio. Os **estágios não obrigatórios** poderão ser aproveitados como **Atividades Curriculares Complementares (ACC)**.

REGULAMENTOS DE ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS E NÃO OBRIGATÓRIOS BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL – CCAAB

O estágio curricular do Curso Bacharelado em Gestão Ambiental é um ato educativo supervisionado desenvolvido no ambiente de trabalho, e integra o itinerário formativo do discente. Deve promover conhecimentos e experiências profissionais, oportunizando ao discente o exercício da prática social aliada a atividades profissionalizantes. A interação do discente no ambiente profissional é uma etapa importante para a formação do Gestor. Esta interação dá-se por meio de Estágio Supervisionado, na modalidade não obrigatório, desenvolvido como atividade opcional à integralização do Curso, conforme previsto no Projeto Político Pedagógico.

A realização do estágio é feita com base em convênio, formalizado pela Pró-Reitoria de Planejamento, entre a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e instituições/empresas dos setores públicos ou privados que necessitam da aplicação do conhecimento em Gestão Ambiental.

Para isso há figura do Termo de Compromisso de Estágio que se trata de requisito obrigatório na forma de acordo tripartite celebrado entre o discente, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino.

Acerca das Competências, cabe ao Coordenador/Colegiado do Curso compete viabilizar o estágio, assinar o Termo de Compromisso enquanto representante da instituição de ensino. Ao Professor Orientador compete avaliar as atividades previstas, orientar, avaliar o desempenho discente, e assinar o Termo de Compromisso. E por fim, compete ao estagiário cumprir os requisitos do Termo de Compromisso, seguir normas e procedimentos previstos nos regulamentos institucionais.

Acerca da Avaliação, tem-se que a jornada de atividade em estágio não poderá ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30(trinta) horas semanais. Nos períodos em que não estão programadas aulas teóricas, o estágio poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais. A avaliação do discente se dará por meio de um processo continuado, através da entrega dos relatórios de estágio, seguindo os critérios estabelecidos pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O discente estagiário deverá entregar à Instituição de Ensino, em prazo não superior a 6 (seis) meses, relatórios das atividades de estágio, os quais deverão ser obrigatoriamente visados pelo Supervisor da Unidade Concedente e pelo Orientador da Instituição de ensino.

Acerca do campo de estágio, entende-se que este deve proporcionar aos discentes a oportunidade de conhecer diferentes segmentos e áreas de atuação da Gestão Ambiental, bem como as particularidades e desafios de cada uma delas. O estágio também deve ser supervisionado por um profissional da área, que irá orientar e acompanhar o desenvolvimento do estudante, oferecendo feedbacks construtivos para seu aprimoramento profissional. O campo de estágio deve estar alinhado com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental, contribuindo para a formação de profissionais comprometidos com a preservação e conservação do meio ambiente.

Para a realização do estágio, em qualquer modalidade, o(a) estudante deverá indicar um(a) orientador(a) que seja docente do Curso de Gestão Ambiental da UFRB, e juntamente com este(a), o(a) discente deverá definir o local e um(a) supervisor(a), que fará a supervisão das atividades de estágio no local pretendido. A função de supervisor(a) deverá ser exercida por um profissional com formação na área do educando, caso contrário o mesmo deverá preencher e anexar Declaração de Experiência. Cada professor(a) poderá orientar até 5 discentes por semestre.

Acerca do estágio não obrigatório em Mobilidade Acadêmica, para seu aproveitamento pelo discente, este deve apresentar o Termo de Compromisso de Estágio e os relatórios de atividades de estágio junto ao Colegiado do curso para sua apreciação, conforme art.6º da Resolução 005/2019.

Acerca das Disposições Gerais, tem-se que regulamentação das atividades de estágio curricular está prevista e será regida pela Resolução CONAC/UFRB nº 05/2019 ou resoluções posteriores que tratem do tema. Os casos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.

10.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL – CCAAB

Capítulo I – Da Conceituação

Art. 1º – O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC consiste na elaboração pelo acadêmico, sob orientação docente, de um trabalho de cunho científico, que expressa conhecimento emanado dos componentes curriculares cursados, bem como das atividades pedagógicas, durante o curso.

Parágrafo Único – O TCC está dividido em dois componentes: TCC I, no qual deverá ser elaborado o plano de trabalho de conclusão de curso e respectivo cronograma de desenvolvimento; e TCC II, no qual, a partir do plano elaborado em TCC I, desenvolverá e apresentará o Trabalho de Conclusão de Curso.

Capítulo II – Das Modalidades de TCC

Art. 2º – Como Trabalho de Conclusão de Curso para o Bacharelado em Gestão Ambiental o discente poderá optar por fazer uma monografia, artigo científico ou outra modalidade a ser definida em conformidade com as diretrizes da Resolução UFRB/CONAC Nº 004/2019, devendo ser elaborado e submetido individualmente, sob a supervisão do orientador.

Capítulo III – Da Orientação

Art. 3º - O tema do TCC deve ser acordado entre o acadêmico e o professor orientador, e apresentado como plano de TCC ao final do componente TCC I para aprovação pelo orientador.

Art. 4º – A titulação mínima exigida para orientação é de mestrado, cabendo ao acadêmico escolher o orientador, respeitada a disponibilidade do mesmo.

§ 1º – É facultado à instituição de uma Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso com o intuito de auxiliar o Colegiado de Curso nas suas atribuições.

§ 2º – O acadêmico deve escolher seu orientador, obrigatoriamente, do quadro docente da UFRB.

§ 3º – O aceite do orientador deve ser por escrito, dentro dos prazos estabelecidos pelo calendário acadêmico e pelo Colegiado de Curso, à Comissão de TCC.

§ 4º – A orientação por docente não pertencente ao corpo docente do curso estará sujeita à aprovação do Colegiado de Curso.

Art. 5º – Cada docente poderá orientar, simultaneamente, até 5 (cinco) Trabalhos de Conclusão de Curso, por período letivo, excluindo-se da contagem de coorientação.

Art. 6º – Compete ao orientador do TCC:

I – Cumprir o calendário de TCC elaborado pela Comissão de TCC.

II – Orientar a elaboração e apresentação do Plano de TCC, bem como o referencial teórico pertinente ao tema.

III – Encaminhar o Plano de TCC à Comissão de TCC para apreciação e aprovação até o final do componente TCC I.

IV – Acompanhar e orientar o discente no desenvolvimento do TCC.

V – Avaliar o desempenho do estudante e, se for o caso, solicitar a troca de orientador à Comissão de TCC.

VI – Definir, divulgar e cumprir uma agenda de orientação à pesquisa em TCC I e TCC II.

VII – Manter uma comunicação regular e facilitada com os discentes orientados.

VIII - Durante o componente de TCC II, presidir a banca de avaliação, registrando o parecer final do TCC sob sua orientação.

IX – Informar e/ou lançar a nota final do aluno.

Art. 7º – Compete ao discente:

I – Tomar conhecimento, cumprir o regulamento institucional, e cumprir o calendário de TCC elaborado pela Comissão de TCC.

II – Durante o componente TCC II, cumprir o plano de trabalho proposto em TCC I, observando rigorosamente o cronograma apresentado.

III – Conhecer e cumprir rigorosamente as normas da ABNT e/ou do periódico escolhido, bem como as recomendações do orientador, no desenvolvimento da pesquisa.

IV – Manter contato frequente com o orientador com vistas à obtenção de informações e/ou esclarecimentos, solicitação de materiais e documentos, ou ainda para comunicar eventuais problemas com o andamento da pesquisa.

V – Participar assiduamente das reuniões de orientação agendadas pelo orientador para acompanhamento do trabalho.

VI - Responsabilizar-se pelo uso dos direitos autorais resguardados por lei a favor de terceiros, de acordo com o previsto no Regimento Geral.

VII – Informar à Comissão de TCC qualquer problema que houver no processo de orientação, a qual caberá, se for o caso, propor a troca de orientador.

VIII – Encaminhar o TCC rigorosamente no prazo estabelecido no calendário de TCC.

IX – Apresentar o TCC pública e presencialmente em data agendada em comum acordo com o orientador e disponibilidade dos membros da banca.

X – Entregar 2 (duas) cópias do TCC corrigido em formato digital (pdf) quando for o caso, devidamente assinada pela banca, para registro no Colegiado do curso, e 1 (uma) mídia a ser encaminhada para a Biblioteca do Centro do Curso, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a defesa pública.

Art. 8º– Ouvido o orientador, o acadêmico e a Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, respeitando-se os prazos do calendário escolar, cabe ao Colegiado do Curso de Gestão Ambiental acatar o pedido de troca de orientador.

Art. 9º– São direitos dos discentes dispor dos elementos necessários para o desenvolvimento de suas atividades, e ser informado previamente sobre os prazos de entrega e apresentação do TCC.

Art. 10º– O discente que não depositar o TCC no prazo estabelecido deverá requerer, com a devida justificativa, nova data de entrega, devendo ao Colegiado o estabelecimento de uma nova data.

Art. 11º– Considerando-se os prazos do calendário acadêmico e de TCC, sem a entrega do Plano de TCC, no caso de TCC I, ou da versão final do TCC com as correções observadas pela banca, no caso de TCC II, fica o professor orientador impossibilitado de emitir e/ou lançar a média de aproveitamento do aluno, e consequentemente o discente impossibilitado de colar grau.

Capítulo IV – Da Comissão de TCC

Art. 10º – Cabe à Comissão de TCC:

I – Assegurar o cumprimento deste regulamento.

II – Orientar os acadêmicos sobre a importância do TCC.

III – De posse do calendário acadêmico, elaborar o calendário de TCC.

IV – Proceder a distribuição de orientandos entre os docentes orientadores.

Capítulo V – Da Avaliação

Art. 11º – O Plano de TCC, no componente TCC I, será avaliado pelo orientador com base na assiduidade do acadêmico, na entrega das tarefas solicitadas, responsabilidade com as atividades programadas e na iniciativa e criatividade demonstradas pelo acadêmico diante das situações ocorridas no desenvolvimento do Plano de TCC.

§ Único – O cálculo e atribuição da média exigida para aprovação do aluno em TCC I seguirá as normas da UFRB.

Art. 12º – O TCC, no componente TCC II, será avaliado por uma banca de 3 professores, sendo o orientador e mais dois com titulação mínima de especialista.

§ Único – A escolha dos membros da Banca deve ser feita pelo orientador e aprovada pelo Colegiado de Curso.

Art. 13º – A nota final do TCC será a média das três notas dos membros da banca.

§ 1º – Na avaliação do TCC, pela banca, será considerada a qualidade e domínio do tema durante a apresentação oral, bem como a qualidade do trabalho escrito e o respeito às normas brasileiras aplicadas a trabalhos acadêmicos.

§ 2º – O cálculo e atribuição da média exigida para aprovação do aluno em TCC II seguirá as normas da UFRB.

Art. 14º. A defesa do TCC será pública e presencial.

Capítulo VI – Das Disposições Gerais

Art. 15º – Ouvida a Comissão de TCC, os casos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.

10.6. METODOLOGIA

A formação do bacharel em Gestão Ambiental se inicia, é importante observar, no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência Ambientais, o qual o discente cursou em, no mínimo, três anos. Neste período o discente foi estimulado e instrumentalizado a desenvolver um conhecimento interdisciplinar e com uma forte integração entre teoria e prática, diga-se, pelo próprio caráter do tema ambiental, estruturante do curso, no primeiro e segundo ciclos. Cabe, portanto, no segundo ciclo, continuar a orientação de formar interdisciplinarmente o profissional e, agora, especializá-lo em uma área de atuação específica: a gestão ambiental.

A formação teórica e prática, assim como a integração de ambas as dimensões no processo de ensino-aprendizagem, é propiciada em diversos momentos ao longo do curso, neste segundo ciclo. Um momento é, inegavelmente, em sala de aula, através dos componentes próprios mais voltados à profissionalização do discente, onde se pensa e discute a teoria em aulas expositivo-participativas. Outro momento existe nos laboratórios, trabalhos de campo e visitas técnicas, espaços nos quais a teoria é integrada a uma prática orientada e crítica capaz de propiciar ao estudante a capacidade de revisitar e reconstituir, se necessário, a teoria a fim de acomodá-la no seu quadro de interpretação e atuação do/no mundo. Especialmente os trabalhos de campo e as visitas técnicas às empresas privadas e públicas, assim como às organizações em geral, fornecem aos discentes a oportunidade de visualizarem exemplos de processos e atividades que os devem ajudar a construir contextos nos quais as questões ambientais emergem e, por conseguinte, os devem estimular a elaborar formas de atuação responsáveis e comprometidas com a sustentabilidade ambiental e a ética profissional.

É relevante ressaltar a extensão associada a diversos componentes presentes no currículo. Por meio da extensão curricularizada, o discente é estimulado a desenvolver seus conhecimentos pensando problemas reais, questões socioambientais que evoluem enquanto ele as analisa e entende, ao mesmo tempo que é provocado a trabalhar com a comunidade e as organizações afetadas e/ou envolvidas com o fito de contribuir na construção de formas de resolução ou superação das questões referidas. Portanto, entende-se a extensão universitária como um processo educativo, artístico, cultural e científico que, articulada ao ensino e à pesquisa, de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre universidade e demais setores da sociedade, orientada por princípios de dialogicidade e ética, favorecendo a interculturalidade e perspectivas pluriépistêmicas sobre os saberes (UFRB, 2022).

Ao longo da sua formação no segundo ciclo os discentes devem ser estimulados, institucionalmente e pelo conjunto dos professores do curso, a participarem de vários outros momentos de aprendizagem. Entre eles:

- i) Programas de iniciação científica, expondo-os diretamente ao desenvolvimento de projetos onde o método científico é utilizado e, assim, habilitando-os para o exercício da pesquisa;
- ii) Estágios supervisionados (não obrigatórios) realizados em empresas, em organizações públicas ou privadas, permitindo-lhes a conexão entre teoria e prática, garantindo-lhes a construção de um conhecimento aplicado nas atividades próprias da profissão;
- iii) Atividades de extensão em geral, colocando-os em contato e atuação com a comunidade não acadêmica;
- iv) Atividades de outras naturezas – encontros, congressos, minicursos, *workshops* etc. – oferecidas pela UFRB ou por outras organizações (empresas, ongs, entidades de classe etc.). São atividades que como contam como ACCs e permitem a inserção do aluno em outras dimensões da sua atuação além da acadêmica.

Objetiva-se, enfim, multiplicar-se os caminhos de ensino-aprendizagem dos discentes, mostrando-lhes, em paralelo, as diversas possibilidades de encaminhamento profissional, colocando-os diante delas munidos de um repertório básico de escolhas quanto à procedimentos de ação, mas também e, principalmente, de uma capacidade de propor e construir outras alternativas de ação além do repertório referido, uma atitude propositiva somente construída a partir de um senso crítico e de inovação que tem de ser provocado através de uma teoria constantemente atualizada e de um contato com a realidade que precisa ser constantemente promovido de diversas formas.

O docente do Bacharelado em Gestão Ambiental (BGA) obriga-se, por meio da participação em programas de formação pedagógica (oferecido pela UFRB ou por outras instituições de educação), a diversificar suas estratégias de ensino para além do método expositivo a fim de contemplar e otimizar diferentes momentos de ensino-aprendizagem: a sala de aula, o trabalho de campo, as ações de extensão, a aula em ambiente virtual, o laboratório, etc.

Esse professor deve se observar e constituir como um mediador do conhecimento que o discente é incentivado a elaborar, de modo crítico e autônomo. O docente, contemporaneamente, não tem mais lugar como reprodutor de informações, as quais em si têm pouca ou nenhuma relevância no mundo atual.

11. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem do discente será realizada de acordo com o sistema de avaliação adotado pela UFRB conforme regimentado na Seção XII da Resolução CONAC 04/2018, que dispõe sobre o Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (REG/UFRB).

Avaliação Interna

A avaliação da aprendizagem se articula de forma interdependente e complementar com as práticas de avaliação do ensino. Esta inter-relação expressa uma visão complexa das interfaces entre ensino-aprendizagem.

Para realizar a referida avaliação da aprendizagem serão considerados referenciais curriculares, didáticos, metodológicos, epistemológicos e formativos, postos nas políticas e nas práticas de ensino e formação para os discentes.

Assim, respeitando todas as premissas mencionadas, durante o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem caberá ao professor definir quais estratégias de avaliação estarão mais adequadas ao seu conteúdo, observando o que está disposto no Regulamento de Ensino de Graduação – REG/UFRB.

As formas de avaliação da aprendizagem do discente em sala são particulares a cada professor, devendo estar associadas ao processo vivenciado. Institucionalmente, o curso obedecerá às normas do Regulamento de Ensino de Graduação, no que se refere ao cálculo do total de rendimentos dos discentes. Entretanto, pretende-se criar fóruns sistemáticos a cada início e durante o semestre, a fim de trazer uma discussão no colegiado no sentido de analisar e acompanhar o desempenho dos discentes, os instrumentos de avaliação aplicados e os objetivos traçados pelo componente curricular e pelo curso. A metodologia desses fóruns conterá elementos de aprendizagem em ação colaborativa, lançando mão da visão integrativa da matriz curricular.

As avaliações da aprendizagem do discente serão contínuas e processuais. O docente ao elaborar o plano de curso deverá estabelecer os métodos avaliativos do processo de ensino-aprendizagem de forma que seja possível acompanhar a construção do conhecimento e o desenvolvimento de competências, habilidades e valores essenciais na formação do bacharel em Gestão Ambiental. A utilização de variados instrumentos de avaliação facilitará esta coleta de dados e será um acompanhamento que permitirá ao professor analisar o processo de formação do saber,

tendo a oportunidade de construir/reconstruir ações pedagógicas que sejam significativas para os discentes e que, conseqüentemente, resultem em melhorias na qualidade de ensino.

O docente ao elaborar o plano de curso deverá estabelecer os métodos avaliativos (diagnóstico, formativo e avaliativo), associados ao processo de ensino-aprendizagem de forma que seja possível acompanhar a construção do conhecimento e o desenvolvimento de competências, habilidades e valores essenciais na formação do bacharel, assim como realizar retomadas necessárias.

Serão instituídas políticas de acompanhamento discente para avaliação semestral das taxas de aprendizagem, de retenção e evasão, visando estabelecer políticas que permitam a diminuição das mesmas, além de oferecer o programa de tutoria, que tem o objetivo de dar suporte aos discentes com dificuldades verificadas nesses componentes curriculares.

Deverá também ser mantida a política de formação docente continuada, visando o suporte necessário ao avanço curricular.

Avaliação externa

A Colegiado e NDE do Curso desenvolver estratégias que maximizem o aproveitamento dos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, para os concluintes, será aplicado um questionário eletrônico disponibilizado no portal do egresso (<http://www1.ufrb.edu.br/egressos/>), com a finalidade de identificar a opinião dos educandos em relação a itens que foram investigados durante sua permanência na universidade.

12. ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO AO DISCENTE

O discente do Bacharelado em Gestão Ambiental possui assistência e acompanhamento desde o primeiro ciclo do curso, no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais. Os docentes de ambos os bacharelados estabelecem entre si uma comunicação constante, ao mesmo tempo que vários lecionam nos dois cursos. Existe uma preocupação em assistir os estudantes no exercício autônomo das três atividades fundamentais da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

No ensino, cada docente estipula horários, no contraturno do componente que leciona, nos quais se compromete a atender os discentes que por acaso apresentem dúvidas ou quaisquer outros questionamentos relacionados ao componente. Também estimulando o estudante a compor seu processo de ensino-aprendizagem se tem a possibilidade da monitoria, quando o discente tem a oportunidade de acompanhar um docente do curso na assistência aos colegas dentro do contexto de um componente específico, que já tenha cursado. O estudante, enquanto monitor, tem a oportunidade de contar com a orientação do professor do componente em um eventual aprofundamento nos seus conteúdos.

Quanto à extensão o estudante pode envolver-se na sua realização de diversas formas. Ele pode propor e/ou participar de uma atividade de extensão, como voluntário ou bolsista (através do PIBEX); e também através dos componentes presentes na matriz curricular, os quais graças à curricularização da extensão propiciam que o estudante desenvolva, no âmbito dos referidos componentes e, portanto, com o acompanhamento de um docente, uma reflexão teórica aplicada à realidade, junto a um agente externo à universidade, na qual o discente desenvolverá seu conhecimento como extensão.

No que se refere à pesquisa, o estudante tem a perspectiva de desenvolvê-la tanto através de iniciação científica – como bolsista (com bolsas institucionais) ou voluntário –, que é opcional (mas pode ser contabilizada como ACC), quanto através do TCC (que consta como componente obrigatório na matriz curricular). Em ambos os casos – iniciação científica e aluno de TCC – o estudante conta com a orientação de um docente da universidade.

Por fim, coloca-se a alternativa, dada por este plano político pedagógico, do discente participar do programa de tutoria, que é facultativo. No programa em questão os estudantes têm a oportunidade de contarem com a orientação de um professor tutor quanto a questões referentes a universidade e aos caminhos que ele (o discente) deseja percorrer dentro do seu curso e da universidade. Mais especificamente sobre a permanência do estudante na instituição, a própria universidade, através da PROPAAE, comporta o Programa de Permanência Qualificada (PPQ), o qual

pode mobilizar – de acordo com as necessidades do estudante – diversos mecanismos (relacionados aos apoios psicológico, social ou econômico) para oportunizar ao discente sua continuidade na universidade.

13. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação do projeto do curso enfocará aspectos relativos à sua concepção e implantação, no que se refere às políticas públicas e institucionais de ensino, pesquisa e extensão, em suas relações com as práticas de inclusão e equidade na educação superior.

A plena execução deste projeto pedagógico deverá ser acompanhada e avaliada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, observando o previsto na Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010. De acordo com esta resolução, o acompanhamento e avaliação do PPC são atribuições do NDE, que fará os encaminhamentos com ênfase na dimensão qualitativa, de modo diagnóstico, contínuo, sistemático, flexível, aberto e de caráter formativo para a comunidade acadêmica do curso.

O NDE definirá instrumentos avaliativos internos e mecanismo de escutas à comunidade acadêmica com o objetivo de acompanhar os aspectos institucionais, curriculares e pessoais que possam interferir na vida acadêmica dos discentes e que possam implicar em taxas inadequadas de retenção e evasão.

Caberá ao NDE a proposição de modificações a este projeto pedagógico, redefinindo objetivos, avaliando o perfil do egresso, a matriz curricular e as normas de funcionamento do curso, para garantir a excelência da formação do Bacharel Interdisciplinar em Ciências Ambientais pela UFRB. As avaliações deverão ser conduzidas a cada 3 (três) anos, contados a partir da data de início da primeira turma. Além disso, a Coordenação do Curso organizará e aplicará, ao término de cada semestre letivo, a avaliação dos componentes curriculares ministrados junto aos discentes. O Colegiado realizará atividades semestrais de avaliação do curso junto aos docentes.

Também se propõe à atuação conjunta com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFRB para desenvolver estratégias de aprimoramento do BCA, além de articulação e diálogo com os demais Bacharelados Interdisciplinares da UFRB e de outras instituições.

14. RECURSOS HUMANOS

DOCENTE/LATTES	TITULAÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Claudioano Carneiro da Cruz Neto/ http://lattes.cnpq.br/4440101316624835	Doutor	Economia	40h D.E.
Giselle Chagas Damasceno/ http://lattes.cnpq.br/2801302971390889	Mestre	Geologia	40h D.E.
Gustavo Luis Schacht/ http://lattes.cnpq.br/8865019656541701	Doutor	Geografia	40h D.E.
Isabel Cristina Moraes / http://lattes.cnpq.br/1150763671824719	Doutor	Geografia	40h D.E.
Jorge Antônio Gonzaga Santos / http://lattes.cnpq.br/7297582798032775	Doutor	Engenharia Agrônômica	40h D.E.
Leonardo Azevedo Klumb Oliveira / http://lattes.cnpq.br/2591010762995842	Doutor	Oceanografia	40h D.E.
Marcela Rebouças Bomfim / http://lattes.cnpq.br/1450013503692113	Doutor	Engenharia Agrônômica	40h D.E.
Marcelo Henrique Siqueira de Araújo / http://lattes.cnpq.br/1553852645715337	Mestre	Engenharia Agrônômica	40h D.E.
Marcus Vinícius Costa Almeida Júnior / http://lattes.cnpq.br/8099764759525046	Doutor	Geologia	40h D.E.
Mônica Arlinda Vasconcelos Ramos / http://lattes.cnpq.br/7338055819248197	Mestre	Ciências Biológicas	40h D.E.
Rogério de Jesus Porciuncula / http://lattes.cnpq.br/3264823543400499	Doutor	Geofísica	40h D.E.
Shanti Nitya Marengo / http://lattes.cnpq.br/1831985360238203	Doutor	Geografia	40h D.E.
Vanderlei da Conceição Veloso Júnior / http://lattes.cnpq.br/2605594887953595	Doutor	Ciências Biológicas	40h D.E.
Vinicius Machado Rocha / http://lattes.cnpq.br/7236768567156050	Doutor	Geografia	40h D.E.

DOCENTES SEGUNDO A TITULAÇÃO		
TITULAÇÃO	Nº	%
Especialistas	0	0
Mestres	3	21,4
Doutores	11	78,6
TOTAL	14	100

15. INFRAESTRUTURA

O Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental (BGA), apresentado como opção de segundo ciclo do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais (BCA) terá suas atividades administrativas concentradas no prédio administrativo do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB). No prédio administrativo estão reservados gabinetes individuais climatizados, com área de 9m², para os docentes que ministram aulas nos cursos do Centro de Ensino. Os gabinetes estão equipados com computador conectado à internet, impressora, armário, mesa, cadeira giratória e cadeiras para atendimento aos discentes. O material de apoio é fornecido pelo setor de almoxarifado setorial, instalado no prédio. Somando o total de gabinetes entre os centros que atendem aos cursos BCA e BGA, CETEC e CCAAB, há 55 gabinetes ao todo, com área de atendimento aos discentes.

O Núcleo de Gestão Técnico Acadêmico (NUGTEAC) é subordinado à Gerência Técnica Administrativa do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas e está instalado no prédio administrativo do CCAAB, tendo como principal função o atendimento às demandas acadêmicas dos discentes e docentes. Adjacente ao NUGTEAC está instalada a sala das coordenações, incluindo a coordenação dos Cursos BCA e BGA, com no mínimo oito horas semanais de atendimento ao discente, cujo horário de atendimento varia de acordo com as atividades de ensino, pesquisa e extensão da coordenação vigente.

Também no prédio administrativo do CCAAB existem 02 salas de reuniões com 25m², com capacidade para 15 pessoas, para realização de encontros, reuniões do colegiado, do NDE e demais necessidades do curso. No prédio do pavilhão de aulas I e II, as salas de aula também serão utilizadas para eventos, como seminários e congressos com público maior, especialmente reuniões gerais com todos os membros do curso, tanto discentes quanto docentes.

As aulas teóricas do curso funcionarão nos Pavilhão de Aulas I e II. Cada pavilhão possui 25 salas de aula, com carteiras atendendo a norma de 1m² por discente, distribuídas no piso térreo e superior.

As salas de aula contêm um armário didático com fechadura, e neste são disponibilizados ao docente, pincéis e apagadores para quadro, um equipamento multimídia (Data Show), uma CPU, um estabilizador e fio de conexão para internet banda larga. Além disso, os pavilhões possuem recepção de apoio discente e docente, laboratório de informática, cantina com estrutura para atendimento e realização de refeições, máquina fotocopadora, wi-fi (acesso livre), sanitários e elevadores para

acesso ao 1º andar. Todo o pavilhão é dotado de recursos para acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

As aulas práticas do curso Bacharelado em Gestão Ambiental (BGA) serão ministradas nos laboratórios já existentes do campus UFRB/Cruz das Almas, tais como o Laboratório de Informática, Geologia, Física e Biologia, Geotecnologias, além do Laboratório de Química e de Solos. Conta-se ainda com a Biblioteca Central para consulta ao acervo de bibliografias indicadas nos componentes curriculares.

Espaço Bosque de Convivência da Mata Atlântica

Área localizada atrás do Setor de Ciências Biológicas (Prof. Elinsmar Vitória Adorno), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com cerca de 200 mudas de espécies nativas da Mata Atlântica. O objetivo é que a área se torne o Bosque de Convivência da Mata Atlântica, um ambiente para confraternização da comunidade acadêmica e uso didático em aulas de Ecologia.

REFERÊNCIAS

- LEI 11.151 de 29 de julho de 2005
- RESOLUÇÃO CNE/CES N° 14/2002.
- RESOLUÇÃO CNE/CES N° 02/2007
- RESOLUÇÃO UFRB/CONAC N° 01/2009
- PORTARIA N° 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019
- RESOLUÇÃO CONAC/UFRB N° 38/2017
- RESOLUÇÃO CONAC/UFRB 04/2018
- RESOLUÇÃO CONAC/UFRB N° 003/2019
- RESOLUÇÃO CONAC/UFRB N° 004/2019
- RESOLUÇÃO CONAC/UFRB N° 005/2019
- RESOLUÇÃO CONAC/UFRB N°16/2021
- RESOLUÇÃO CONAC/UFRB N°25/2021
- UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. GUIA DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: Orientações Gerais para os Cursos de Graduação da UFRB. 2022. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/proexc/images/Guia_da_Curriculariza%c3%a7%c3%a3o_-_oficial.pdf> . Acesso em: março de 2023

APÊNDICE I - CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA881	SEMESTRE 7º
NOME DO COMPONENTE Avaliação de Impactos Ambientais		MÓDULO DE ALUNOS 50
CARGA HORÁRIA 68h	TEÓRICA 34h	PRÁTICA 34h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – 10h		
NATUREZA OBRIGATÓRIA	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Aspectos técnicos, legais e institucionais da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). Histórico da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) no Brasil e no mundo. Planejamento, Estrutura e elaboração do Estudo de Impacto Ambiental. Avaliação do Estudo de Impacto Ambiental. Acompanhamento do processo de AIA (fiscalização, supervisão e automonitoramento).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRAGA, Benedito; et al. Introdução à Engenharia Ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005. 336p. SÁNCHEZ, Luís Henrique. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. São Paulo, Oficina de Textos, 2011. 495p. SANTOS, Rozely Ferreira. Planejamento Ambiental: teoria e prática. 1ª ed, São Paulo, Oficina de Textos 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DERÍSIO, José Carlos. Introdução ao controle de poluição ambiental . 3 ed. S. Paulo: Signus, 2012. GUERRA, A.J.T.; SILVA, Antonio Soares da; BOTELHO, Rosangela Garrido Machado (org.) Erosão e conservação do solo . 7ª edição Rio de Janeiro, RJ: Bertrand/Brasil. 2012. 340p. GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (org.) Impactos ambientais urbanos no Brasil . 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 416p. LEFF, Enrique; et al.. A complexidade ambiental . 1ª ed. São Paulo: Cortez.2003. LONGLEY, P.A.; GOODCHILD, M.F.; MAGUIRE, D.J.; RHIND, D.W. Sistemas e ciência da informação geográfica . 3 ed. Bookman: Porto Alegre, 2013.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA943	SEMESTRE 7º
NOME DO COMPONENTE Certificação, Auditoria e Perícia Ambiental		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 68h	TEÓRICA 68h	PRÁTICA
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS - Não se aplica		
NATUREZA OBRIGATÓRIA	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Origem, histórico e introdução a diferentes sistemas de certificação de desempenho e procedimentos e seus campos de aplicação. As séries ISO 14000 e ISO 26000. As auditorias ambientais e rotulagens. Perícia Ambiental. O papel da sociedade civil e impactos, benefícios e desafios de sistemas de certificação para o desenvolvimento sustentável.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Série ISO 14000. Rio de Janeiro: ABNT. CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antônio José Teixeira. Avaliação e perícia ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. MORAES, C.S.B; PUGLIESI, E. (Org). Auditoria e Certificação Ambiental. 1ed.Curitiba: Intersaberes, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALMEIDA, J. R. de. Perícia ambiental, judicial e securitária: Impacto, Dano e Passivo Ambiental. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2009. OLIVEIRA, C.M. Manual de Auditoria Ambiental. São Carlos: Edição do autor. 2013. VEIGA, J.E. A desgovernança mundial da sustentabilidade. São Paulo: Editora 34, 2013.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA942	SEMESTRE 7º
NOME DO COMPONENTE Licenciamento Ambiental		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 68h	TEÓRICA 68h	PRÁTICA
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OBRIGATÓRIA	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Licenciamento Ambiental – conceitos, histórico, princípios, fundamentos e procedimentos. Normas legais e infralegais nacionais, estaduais e municipais. Sistemas nacional, estaduais e municipais de gestão ambiental e o licenciamento ambiental. Procedimentos, etapas do licenciamento e estudos básicos. Tipologias de atividades sujeitas ao licenciamento e seus respectivos níveis. A responsabilidade profissional no licenciamento ambiental. O papel da sociedade civil, do ministério público e da defensoria pública		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALCALÁ, P. Processos de Licenciamento Ambiental – marco legal. São Paulo: Editora Senac, 2020. GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito Ambiental. 4a ed. São Paulo: Atlas, 2015. TRENNEPOHL, C; TRENNEPOHL, T. Licenciamento Ambiental. 6º Ed. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2019.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 16ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2015 THOMÉ, Romeu. Manual de Direito Ambiental. 6ª Ed. Salvador: JusPodium.2016		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA944	SEMESTRE 7º
NOME DO COMPONENTE Trabalho de Conclusão de Curso I		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 34h	TEÓRICA 34h	PRÁTICA
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OBRIGATÓRIA	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Elaboração de projeto; os principais métodos e técnicas da metodologia científica; como elaborar um projeto; tipos de projeto; monografia acadêmica; técnicas de apresentação de trabalhos científicos. Normas da ABNT.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo; Ed. Atlas, 2001. CRUZ, C.; RIBEIRO, U. Metodologia científica: Teoria e prática. Rio de Janeiro: Ed. Axcel Books, 2003. GIL, C. A. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo, Ed. Atlas, 2007, 175p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MEDEIROS, J. B. Redação Científica - A Prática de Fichamentos, Resumos e Resenhas. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2007. NASCIMENTO, D. M. do. Metodologia do trabalho científico. Teórica e prática. 2. ed., Belo Horizonte, Ed. Fórum, 2008, 254p. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 2008.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA860	SEMESTRE 8º
NOME DO COMPONENTE Economia e Meio Ambiente		MÓDULO DE ALUNOS 50
CARGA HORÁRIA 68h	TEÓRICA 34h	PRÁTICA 34h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – 50h		
NATUREZA OBRIGATÓRIA	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Fundamentos da teoria econômica, bens e serviços, mercado, oferta e demanda, elasticidade e sistema de preços. Fundamentos da economia aplicados à gestão ambiental. A questão ambiental e os bens comuns. Bens e Serviços Ecossistêmicos. Conceito de externalidade. A teoria neoclássica e a Economia ecológica. Técnicas e métodos para valoração ambiental. Economia da poluição. Estudos de Caso.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FIELD, B.C.; FIELD, M.K. Introdução à Economia do Meio Ambiente . AMG Editora Ltda. 6ª Edição. 2014. MOTTA, R.S. Economia Ambiental . FGV. 2006. MAY, P.H. Economia do Meio Ambiente – teoria e prática. 2ª Edição. Editora Campus/Elsevier. 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALIER, J.M. O Ecologismo dos Pobres – conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto. 2007. GONÇALVES, C.E.; GUIMARÃES, B. Introdução à Economia . Elsevier. 2009. 288p. RICKLEFS, R. E. A economia da natureza . 6. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2010. SERÔA DA MOTTA, R. Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais . Brasília: MMA, 1998. STRATHERN, P. Uma breve história da economia . Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA947	SEMESTRE 8º
NOME DO COMPONENTE Gestão de Resíduos Sólidos		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 68h	TEÓRICA 34h	PRÁTICA 34h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – 13h		
NATUREZA OBRIGATÓRIA	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Panorama e análise evolutiva de gestão de resíduos sólidos urbanos e industriais no Brasil. A Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos e as diretrizes para gestão dos resíduos sólidos. Métodos para elaboração e implementação de planos de gerenciamento de resíduos sólidos. Gestão de resíduos sólidos e economia solidária.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Resíduos sólidos – Classificação: NBR 10.004. Rio de Janeiro, 2004. 71p NUNES, D. Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo: Annablume, 2009. PEREIRA, E.V. Resíduos Sólidos. São Paulo: Editora Senac. 2019.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR REINFELD, N.V. Sistemas de reciclagem comunitária - do projeto à administração. São Paulo, Ed. Makron Books, 1994. 285p. SILVA FILHO, C.R.V; SOLER, F.D. Gestão de Resíduos Sólidos: o que diz a lei. São Paulo: Trevisan Editora, 2019.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA849	SEMESTRE 8º
NOME DO COMPONENTE Recursos Energéticos		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51h	TEÓRICA 34h	PRÁTICA 17h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OBRIGATÓRIA	FUNÇÃO GERAL	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Desenvolvimento Sustentável e sustentabilidade energética. Energia no contexto de desenvolvimento e meio ambiente. Energia elétrica: fundamentos sobre geração, transmissão e distribuição. Sistemas híbridos de geração de energia elétrica. Recursos energéticos, oferta e consumo de energia. Políticas energéticas nacionais. Tecnologias para geração e uso de fontes energéticas. Estudo de impactos ambientais associados. Demanda de energia e desenvolvimento socioeconômico. Marco regulatório dos setores energéticos brasileiros.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MOLINA JUNIOR, W.F. Recursos energéticos e ambiente. 1ª ed. Editora Intersaberes. 2015. 320p. GOLDENBERG, J. Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: EDUSP, 2003. HINRICHS, A.R. Energia e Meio Ambiente. Ed. Thomson, 2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BERMANN, C. Energia no Brasil: Para que? Para quem? Ed. Livraria da Física, 2002. CARDOSO, C.L. Petróleo do Poço ao Posto. Ed. Qualitymark. 2005. CLEMENTINO, L.D. Conservação de Energia por Meio da Co-Geração. Ed. Erica. 2001. REIS, L.B. Geração de energia elétrica. Ed. Manole. 2003. LORA, S.E. Controle e Prevenção da Poluição nos Setores Energético, Industrial e de Transporte. Ed. Interciência Ltda. 2002		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA849	SEMESTRE 8º
NOME DO COMPONENTE Recursos Energéticos		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 68h	TEÓRICA 34h	PRÁTICA 34h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OBRIGATÓRIA	FUNÇÃO GERAL	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Desenvolvimento Sustentável e sustentabilidade energética. Energia no contexto de desenvolvimento e meio ambiente. Energia elétrica: fundamentos sobre geração, transmissão e distribuição. Sistemas híbridos de geração de energia elétrica. Recursos energéticos, oferta e consumo de energia. Políticas energéticas nacionais. Tecnologias para geração e uso de fontes energéticas. Estudo de impactos ambientais associados. Demanda de energia e desenvolvimento socioeconômico. Marco regulatório dos setores energéticos brasileiros.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MOLINA JUNIOR, W.F. Recursos energéticos e ambiente. 1ª ed. Editora Intersaberes. 2015. 320p. GOLDENBERG, J. Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: EDUSP, 2003. HINRICHS, A.R. Energia e Meio Ambiente. Ed. Thomson, 2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BERMANN, C. Energia no Brasil: Para que? Para quem? Ed. Livraria da Física, 2002. CARDOSO, C.L. Petróleo do Poço ao Posto. Ed. Qualitymark. 2005. CLEMENTINO, L.D. Conservação de Energia por Meio da Co-Geração. Ed. Erica. 2001. REIS, L.B. Geração de energia elétrica. Ed. Manole. 2003. LORA, S.E. Controle e Prevenção da Poluição nos Setores Energético, Industrial e de Transporte. Ed. Interciência Ltda. 2002		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA948	SEMESTRE 8º
NOME DO COMPONENTE Trabalho de Conclusão de Curso II		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 34	TEÓRICA 34h	PRÁTICA
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OBRIGATÓRIA	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Elaboração de trabalho de conclusão de curso. Levantamento de dados, revisão bibliográfica, redação. Normas da ABNT.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo; Ed. Atlas, 2001. CRUZ, C.; RIBEIRO, U. Metodologia científica: Teoria e prática. Rio de Janeiro: Ed. Axcel Books, 2003. GIL, C. A. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo, Ed. Atlas, 2007, 175p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MEDEIROS, J. B. Redação Científica - A Prática de Fichamentos, Resumos e Resenhas. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2007. NASCIMENTO, D. M. do. Metodologia do trabalho científico. Teórica e prática. 2. ed., Belo Horizonte, Ed. Fórum, 2008, 254p. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 2008.		

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA876	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Análise Custo Benefício Ambiental de Projetos		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51h	TEÓRICA 51h	PRÁTICA
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Princípios e práticas da análise de custo-benefício no contexto de projetos ambientais. Desenvolvimento e aplicação das técnicas de custo-benefício para avaliação de políticas públicas e projetos ambientais. Padrão de análise de custo-benefício. Desconto a longo prazo. Análise na presença de incerteza. Análise de sensibilidade e preocupações de distribuição.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CONTADOR, Cláudio Roberto. Projetos sociais: avaliação e prática: impacto ambiental, externalidades, benefícios e custos sociais. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 375 p MISHAN, Edward J. Elementos de análise de custos-benefícios. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 203 p REZENDE, José Luiz Pereira de; OLIVEIRA, Antonio Donizette de. Análise econômica e social de projetos florestais: matemática financeira, formulação de projetos, avaliação de projetos, localização de projetos, análise de custo-benefício. Viçosa: Univ Fed Vicosa, 2001. 398 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SAMANEZ, Carlos Patrício. Engenharia econômica. São Paulo: Pearson, 2013. x, 210 p. HANLEY, Nick; SPASH, Clive L. Cost-benefit analysis and the environment. Cheltenham, UK: Edward Elgar, c1993. x, 278 p. Freeman III, A. M. 1993. The Measurement of Environmental and Resource Values: Theory and Methods. Resources For the Future. Washington, D.C. Capítulos 1 e 3. Johansson, Per-Olov. 1993 . Cost Benefit Analysis of Environmental Change. Cambridge University Press, Nova York. Pereira, R. 2000. A Análise Custo-Efetividade na Gestão Econômica do Meio Ambiente. Dissertação de Mestrado. CEEMA - Departamento de Economia da Universidade de Brasília - UnB. Capítulos 3 e 4.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA852	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Áreas Protegidas		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51h	TEÓRICA 51h	PRÁTICA
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Conceitos básicos ligados à conservação da natureza: preservação, conservação, recursos naturais, manejo e desenvolvimento sustentável. Lei no. 9.985 de 18 de julho de 2000: Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Categorias de Unidades de Conservação (UCs). Incentivos, isenções e penalidades. Planos de Manejo e Gestão: metodologias e experiências práticas. Critérios de avaliação utilizados em área protegidas. Zonas de Amortecimento. Corredores ecológicos. Definição de áreas para conservar, recuperar e a usufruir. Riscos de instabilidade (Incêndio, infestação/invasão de espécies e animais exóticos).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BENSUSAN, N. Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas. Rio de Janeiro: Editora FGV.2006 CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião; SOUZA, Marcelo Pereira de. Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas. 2.ed. São Carlos: Rima, 2005. GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (orgs.). Unidades de conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRANCO, S. M. O meio ambiente em debate. 3 ed. São Paulo : Moderna, 2004. FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 16ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015 HANSEN, Marco Antônio Fontoura Unidades de Conservação Ambiental São Leopoldo: Unisinos, 2007. KRIEGER, Maria da Graça; et. al.; Glossário de gestão ambiental. São Paulo: Disal, 2006. MORSELLO, Carla Areas Protegidas Públicas e Privadas - São Paulo: Fapesp, 2001.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA880	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Biogeografia		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 68h	TEÓRICA 34h	PRÁTICA 34h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO GCCA679		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Introdução ao estudo da Biogeografia através de uma abordagem geográfica; Interação entre os seres vivos e seu ambiente físico e humano em escala global, continental, regional e local; Teorias biogeográficas; Padrões e Processos da organização dos seres vivos; Padrões de extinção e conservação da biodiversidade; Elementos de Biogeografia Cultural / Biogeografia e a relação homem x natureza; Os grandes conjuntos biogeográficos do mundo atual; Evolução dos conjuntos biogeográficos no passado, presente e futuro; Distribuição dos biomas brasileiros; Distribuição fitogeográfica no Brasil; Biomas no Estado da Bahia; Técnicas para estudo de fauna e flora.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BROWN, J.H. & LOMOLINO, M.V. Biogeografia. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC, 2006. CARVALHO, C.J.B.; ALMEIDA, E.A.B. Biogeografia da América do Sul. Padrões e Processos. São Paulo: Roca, 2011. FIGUEIRÓ, A. Biogeografia: dinâmicas e transformação da natureza. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AB’SABER, A., Os domínios de natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Ed., 2003. COX, C.B. & MOORE, P.D. Biogeografia: uma abordagem ecológica e evolucionária. Ed.7. Rio de Janeiro: LTC, 2011. RIZZINI, C.T. Tratado de Fitogeografia do Brasil. São Paulo: Ed. Hucitec/EDUSP, 1976. (Vol. 1 e 2) ROMARIZ, D. de A. Biogeografia: Temas e Conceitos. Rio de Janeiro: Scortecci, 2008, 200p. SALGADO-LABORIAU, M.L. História Ecológica da Terra. 2ª ed. Brasília: Edgard Blücher, 2012. TROPPEMAIR, H. Biogeografia e Meio Ambiente. 8ª ed. Rio Claro: Divisa, 2008. WALTER, H. Vegetação e zonas climáticas. Tratado de ecologia global. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 1986. COUTINHO, L.M. Biomas brasileiros. São Paulo: Oficina de Textos, 2016. IBGE. Manual Técnico da vegetação brasileira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA855	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Direito Minerário		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51h	TEÓRICA 51h	PRÁTICA
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Conceitos, objetivos e princípios do Direito Minerário. O bem ambiental mineral no sistema jurídico. Bases Constitucionais da Mineração. O Código de Minas. Mineração e Meio Ambiente.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FEIGELSON, Bruno. Curso de Direito Minerário. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. FERRARA, M.; GALLO, L. D.; PERSECHINI, S. F. Estudos de Direito Minerário. Belo Horizonte: Forum, 2012. REMEDIJO JR., J. A. Direito ambiental minerário. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. v. 1. 376p .		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANTUNES, P. B. Direito Ambiental. 18 Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2016. MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. 20ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008. MILARÉ, E. Direito do Ambiente. 10ª ed. São Paulo: RT, 2015. THOMÉ, Romeu. Manual de Direito Ambiental. Editora JusPodium. SILVA, Américo Luís Martins. Direito do meio ambiente e dos recursos naturais. Volume 3. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA857	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Estudos Integrados do Meio Ambiente		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51h	TEÓRICA 51h	PRÁTICA
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Os estudos integrados do meio natural: antecedentes históricos e evolução dos conceitos. Paisagens. Meio natural. Meio ambiente. Ecologia e geografia. Geografia físico-ambiental. A ecogeografia e a ecodinâmica. Aplicação da Geomorfologia à análise ambiental. A geografia física e o planejamento. A gestão dos recursos naturais. A análise da paisagem. A cartografia do meio ambiente: Métodos e técnicas; Domínios do meio natural na Bahia. Vulnerabilidade natural dos meios: sensibilidade geomorfológica, vulnerabilidades e restrições ao uso. Influências das ações antrópicas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. Geomorfologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 11.ed, 2012, 396p. VEYRET, Yvette. Os Riscos: O homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007. CAVALCANTI, L. C. S. Cartografia de Paisagens: fundamentos. 1. Ed. – São Paulo: Oficina de Textos, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AB’SABER, A. Domínios de natureza no Brasil – potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003, 159p. CHRISTOPHOLETTI, A. Modelagem de Sistemas Ambientais. São Paulo: Edgard Blucher. 1999, 236p. LONGLEY, P.A.; GOODCHILD, M.F.; MAGUIRE, D.J.; RHIND, D.W. Sistemas e ciência da informação geográfica. 3 ed. Bookman: Porto Alegre, 2013. 540p. ISBN 978-0-470-72144-5. RODRIGUEZ, J. M. M. et al. Geoecologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental. Edições UFC, 222p, 2010. TRICART, J. Ecodinâmica. Rio de Janeiro: SUPREN. 1977, 95p.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA867	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Elaboração e Gestão de Projetos Socioambientais		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51h	TEÓRICA 17h	PRÁTICA 34h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA ONGs, organizações sociais e comunitárias – histórico e características. Projetos Sociais e Socioambientais. Conceito de projeto. Tipos de projetos. Metodologia de elaboração de projetos sociais/socioambientais. Estrutura e etapas de construção de projetos sociais/socioambientais. As políticas públicas, a cooperação internacional e a responsabilidade social. Editais de Apoio a Projetos. Práticas para elaboração de projeto sociais e sua gestão. Seminário Integrador.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARMANI, D. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo, 2004. KISIL, R. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil. 3ª ed. São Paulo: Global, 2004. (Coleção gestão e sustentabilidade). SILVA, J.G. Compêndio para elaboração de projetos sociais: casos nacionais e internacionais de sucesso. Joinville: Agbook, 2018.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. CONSALTER, M. A. S. Elaboração de projetos: da introdução à conclusão. Curitiba: IBPEX, 2006. FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. KUMMER, Lydia. Metodologia Participativa no Meio Rural: uma visão interdisciplinar – conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007. TENÓRIO, F. G. Elaboração de projetos comunitários: uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 1991.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA951	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Fitogeografia		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51h	TEÓRICA 34h	PRÁTICA 17h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Introdução à fitogeografia. Ecossistemas naturais campestres e florestais do Brasil. Fatores ecológicos integrantes à fitogeografia. Sistema de classificação da vegetação: Padrões de distribuição da vegetação. Evolução dos domínios fitogeográficos no Quaternário do Brasil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA COUTINHO, L.M. Biomas brasileiros. São Paulo: Oficina de Textos, 2016. FERNANDES, A. Fitogeografia Brasileira. 3 ed. Fortaleza: UFC, 2007. RIZZINI, C.T. Tratado de Fitogeografia do Brasil. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1997.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRAUN-BLANQUET, J. Fitosociologia – bases para el estudio de las comunidades vegetales. Madrid: H. Blume, 1979. BRESSAN, D.A. Fitogeografia do sul da América. Revista Ciência & Ambiente, nº 24:1, 2002. FIGUEIRÓ, A. Biogeografia: dinâmicas e transformação da natureza. São Paulo: Oficina de Textos, 2015, 400p. ROMARIZ, D. de A. Biogeografia: Temas e Conceitos. Scortecci, 2008, 200p. ROSS, J.L.S. Ecogeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. IBGE. Manual técnico da vegetação brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA956	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Geotecnologias II		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 68h	TEÓRICA 34h	PRÁTICA 34h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Processamento de imagens digitais. Fusão e técnicas de realce de imagens digitais. Segmentação e classificação de imagens digitais. Operações aritméticas com imagens digitais. Interpolação e modelagem de dados espaciais. Análise de proximidade e zonas de influência espacial. Geoprocessamento aplicado à análise do espaço geográfico. Elaboração de mapas e outros produtos com geoprocessamento.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BLASCHKE, T. & KUX, T. Sensoriamento remoto e SIG avançados. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. CROSTA, A.P. Processamento digital de imagens de sensoriamento remoto. Campinas: IG/UNICAMP. 1992. 170p. FITZ, P.R. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo. Oficina de Textos. 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BURROUGH, P.A; McDONNELL, R.A.. Principles of geographical information systems. Oxford: University Press, 2004. JENSEN, J. R.; EPIPHANIO, J. C. N.; FORMAGGIO, A. R. ; SANTOS, A. R. ; RUDORFF, B. F. T.; ALMEIDA, C. M.; GALVÃO, L. S. Sensoriamento remoto do ambiente.1. ed. São José dos Campos: Parêntese, 2009. 625p . LONGLEY, P.A.; GOODCHILD, M.F.; MAGUIRE, D.J.; RHIND, D.W. Sistemas e ciência da informação geográfica. 3 ed. Bookman: Porto Alegre, 2013. 540p. ISBN 978-0-470-72144-5. NOVO, E.M.L.M. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações. 4. ed. rev. São Paulo: Edgard Blücher, 2010. 387 p. SAUSEN, T.M.; PARDI LACRUZ, M.S. Sensoriamento Remoto Para Desastres. 1ª ed. Oficina de Textos. 2015. 288p. XAVIER-DA-SILVA, J.; ZAIDAN, R. T. (Org.). Geoprocessamento e Análise Ambiental: aplicações. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. v. 1. 366p . LANG, S.; BLASCHKE, T. Análise da paisagem com SIG. 1.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009. 424 p		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA873	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Gestão Costeira		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 68h	TEÓRICA 34h	PRÁTICA 34h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Fundamentos de oceanografia costeira. Processos históricos na zona costeira: a evolução dos usos da costa. Vulnerabilidade, sensibilidade e Risco das zonas litorâneas. Fundamentos teóricos da gestão costeira: aspectos conceituais, legais e administrativos. Panorama do Gerenciamento Costeiro no Brasil: Planos, ferramentas e Iniciativas de gestão. Integração entre zona costeira e bacia hidrográfica. Sensoriamento Remoto e modelagem numérica aplicada ao estudo da costa.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. Mar e ambientes costeiros. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2009. 101 p. ISBN 978856755202 BRASIL. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Programa Zoneamento Ecológico-Econômico: diretrizes metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil . Brasília (DF): MMA,SDS, 2001. 131 p. FREITAS, Marcos Aurélio Vasconcelos de. O estado das águas no Brasil: perspectivas de gestão e informação de recursos hídricos . Brasília (DF): Agência Nacional de Energia Elétrica, 1999. 334 p.Quantidade:		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Cicin-Sain B., Knecht R.W. (2008) Central Considerations in Initiating and Operating Programmes in Integrated Coastal Management. In: Modelling and Monitoring of Coastal Marine Processes. Springer, Dordrech.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA957	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Gestão de Áreas Contaminadas		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 68h	TEÓRICA 34h	PRÁTICA 34h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Fundamentos técnicos e legais relativos ao gerenciamento de áreas contaminadas, com base nas normas legais e infralegais definidas pelos órgãos ambientais. Definições, histórico do Gerenciamento de Áreas Contaminadas, procedimento de Gerenciamento de Áreas Contaminadas. Avaliação das características da fonte de contaminação e do meio físico, mapeamento da contaminação, monitoramento. Remediação. Comunicação de risco e envolvimento social.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução CONAMA n° 420 de 28 de dezembro de 2009. Brasília. 2009. PHILIPPI Jr., A.; ROMERO, M.A.; BRUNA, G.C. (EDS). Curso de Gestão Ambiental. São Paulo: Ed. Manole, 2014. TORRES, H.; COSTA, H. (Orgs.). População e Meio Ambiente: Debates e Desafios . São Paulo: Editora do SENAC, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CETESB. Manual de gerenciamento de áreas contaminadas. 2. ed. São Paulo: CETESB; Alemanha: GTZ, 2001. Projeto de Cooperação Técnica Brasil – Alemanha. Disponível em: < http://www.cetesb.sp.gov.br/areas-contaminadas/ >. Acesso em: agosto 2020.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA875	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Introdução ao Mapeamento Geológico-Ambiental		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 68h	TEÓRICA 17h	PRÁTICA 51h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO GCCA831 e GCCA835		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Noções básicas de Sistemas de Informações Geográficas (SIG). Técnicas e métodos de cartografia aplicadas aos estudos dos processos geológicos. Utilização de fotografias aéreas para elaboração de mapas planimétricos, análise de elementos fisiográficos e interpretação geológica. Confeção e interpretação de mapas, perfis geológicos e blocos diagramas. Metodologia aplicada a trabalhos de aquisição, tratamento e interpretação de dados de campo com vistas a investigação cartográfica geológica básica, recursos hídricos, geomorfologia e uso do solo, para diagnóstico ambiental do meio biofísico. Elaboração de relatórios técnicos. Estágio de campo curricular obrigatório. Visitas de campo obrigatórias.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Jonh Wiley & Sons. 2nd Ed., 208 pp. Moseley, F. - 1979 - Advanced geological map interpretation. Edward Arnold. Passchier. C. W.; Myers, J. s.: Kroner, A. - 1993 - Geologia de campo de terrenos de alto grau. EDUSP, 188pp. Lisle, Richard J., 2014. Mapeamento Geológico Básico. Guia Geológico de Campo. 248p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GROTZINGER, J.; JORDAN, TOM. Para entender a Terra. 6. Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2013. POMEROL, C.; LAGABRIELLE, Y.; RENARD, MAURICE.; GUILLOT, S. Princípios de Geologia: técnicas, modelos e teorias. 14.ed. Porto Alegre: Bookman, 2013, 1017p. TEIXEIRA, W. et al. Decifrando a Terra. 2. Ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA949	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Introdução ao R		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51h	TEÓRICA	PRÁTICA 51h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Introdução ao R (base) e ao R Stúdio. Estruturas de dados. Criação de Projetos. Leitura e importação de dados. Interação básica com usuário. Noções de programação. Análise de dados (Sumarização e medidas de tendência central). Visualização de dados. Sistema de arquivos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA SCHMULLER, Joseph. Análise Estatística Com R Para Leigos. Alta Books, 2019. Souza, Deivison V. Introdução ao R: aplicações florestais. Ed. do Autor, 2018. OLIVEIRA, Paulo Felipe de; GUERRA, Saulo; MCDONNELL, Robert. Ciência de Dados com R – Introdução. Brasília: Editora IBPAD, 2018.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR VITAL, Marcos. R aplicado à Biologia: uma introdução descomplicada e divertida! <i>Laboratório de Ecologia Quantitativa da UFAL</i> , 2017. Disponível em: < https://bookdown.org/marcosvital/Livro-do-Cantinho/ > LANDEIRO, Victor Lemes; BACCARO, Fabricio B. Introdução ao uso do programa R, 2015. Disponível em: < encurtador.com.br/DTVX8 > MEIRELES, F. R. Um guia prático. 2017. Disponível em: < http://fmeireles.com/teaching/r_um_guia_pratico.html >		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA874	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Introdução às Ciências do Mar		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 68h	TEÓRICA 34h	PRÁTICA 34h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Introdução às ciências do mar. Formação e evolução dos oceanos. Fisiografia do fundo marinho. Sedimentação marinha. Propriedades físicas da água do mar. Propriedades químicas da água do mar. Circulação oceânica. Ondas e marés. Ecologia marinha: plâncton, bentos e nécton. Produção primária nos oceanos. Ambientes costeiros: praias, estuários e baías. Impactos antrópicos no ambiente marinho.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CASTELLO, P.J; KRUG, L. C. (Orgs). Introdução às ciências do mar. Pelotas. Ed. Textos. 2015. GARRISON, T. 2010. Fundamentos de oceanografia. Cengage Learning, São Paulo, 426p. SCHIMIEGELOW, J. M. M(Org). O Planeta Azul: Uma introdução às Ciências Marinhas. Interciência. 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR LONGHURST, A. 1998. Ecological Geography of the Sea, Academic Press, San Diego and London, 398 pp. MANN, K.H. & J.R.N. LAZIER. 1996. Dynamics of marine ecosystems :biological -physical interactions in the oceans. 2nd. ed.Massachusetts : Blackwell Science. PEREIRA, R.C. & SOARES-GOMES, A. (org.) 2002. Biologia marinha.Editora Interciência, Rio de Janeiro, 382p. PICKARD, G.L.; SILVA, P.M., 1968. Oceanografia física descritiva uma introdução. George L. Pickard; tradução e notas de Paulo Moreira da Silva. -. Rio de Janeiro: Fundação de Estudos do Mar, 180p.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA482	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Língua Brasileira de Sinais – Libras		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 68h	TEÓRICA 68h	PRÁTICA
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Aspectos clínicos, educacionais, históricos e sócio antropológico da surdez. A Língua Brasileira de Sinais – Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas do léxico, de morfologia, de sintaxe, de semântica e de pragmática.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. SKLIAR, Carlos. A surdez: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL, Secretaria de Educação Especial. LIBRAS em Contexto. Brasília: SEESP, 1998 CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO (SP). Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial, 2011. LACERDA, Cristina B, F de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos. Caderno CEDES, v.19, n.46, Set. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA858	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Mediação de Conflitos Socioambientais		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51h	TEÓRICA 51h	PRÁTICA
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Conflitos Socioambientais (Elementos constituintes, atos, percepções e estratégias) Métodos de Resolução de Conflitos (Negociação, Conciliação, Mediação, Arbitragem), Mediação (Concepção do processo de Mediação, função do Mediador, uso da Mediação). Mediação (O procedimento, simulação de Mediação).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOLZAN DE MORAIS, José Luis; SPENGLER, Fabiana Marion. Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008. DANTAS, Marcelo Buzato. Direito Ambiental de Conflitos. Rio de Janeiro. Ed. Lumen Juris.2015 THEODORO, S. H. Mediação de conflitos socioambientais. Editora Garamond, 2005, 217p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALEXANDRE, Agripa Faria. Políticas de resolução de conflitos socioambientais no Brasil: o papel do Ministério Público e dos movimentos ambientalistas na Ilha de Santa Catarina. Blumenau: EDIFURB; Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves / ACSELRAD, H. O que é justiça ambiental. Editora Garamond. 2009 VIEGAS, Rodrigo Nunes. Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais. Rodrigo Nunes Viegas, Raquel Giffoni Pinto, Luis Fernando Novoa Garzon. Rio de Janeiro – Fundação Heinrich Boll, 2014. WARAT, L. A. Surfando na pororoca: ofício do Mediador. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. 424p ZHOURI, Andrea; LASCHESFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais. Editora UFMG. 2010.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA950	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Modelagem Ambiental		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 68h	TEÓRICA 34h	PRÁTICA 34h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Modelagem matemática, objetivos e aplicações; Formulação de um modelo matemático. Leis de conservação. Modelos de crescimento, decaimento, crescimento logístico. Modelagem da dinâmica populacional. Modelagem de qualidade da água em rios, lagos e reservatórios. Modelagem de poluentes.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BASSANEZI, R.C. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática. São Paulo: Contexto, 2004 DENNIS, G. Z. Equações diferenciais com aplicações em modelagem. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. CHRISTOFOLETTI, A. Modelagem de Sistemas Ambientais. São Paulo: Ed. Edgard Blücher. 1999.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FRAGOSO Jr., C.R; FERREIRA, T.F.; MOTTA MARQUES, D. Modelagem ecológica em ecossistemas aquáticos. São Paulo: Oficina de Textos. 2009. MANLY, B.F.J; ALBERTO, J.A.N. Métodos Estatísticos Multivariados: Uma Introdução. São Paulo: Bookman, 2019.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA866	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Poluição do Solo		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51h	TEÓRICA 17h	PRÁTICA 34h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Conceito de poluição solo e o seu impacto na qualidade ambiental; Caracterização, propriedades, tipos e fontes de poluentes; dinâmica dos poluentes no solo; técnicas de controle e remediação da poluição; Aspectos legais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOSCOV, M. E. G. Geotecnia Ambiental. Oficina de Textos, 2008. 248 p. MELO, V. de F.; ALLEONI, L.R.F (eds). Química e mineralogia do solo (Parte I – Conceitos Básicos). Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Viçosa, 2009, 695p MELO, V. de F.; ALLEONI, L.R.F (eds). Química e mineralogia de solos. (Parte II – Aplicações). Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Viçosa, 2009, 685p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CETESB. Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas/CETESB, GTZ. 2ª ed., SP. 2001 BRIAN, J. A. Heavy Metals in Soils: Trace Metals and Metalloids in Soils and their Bioavailability. Third Edition. Ed. Springer. FELLEBERG, G. Introdução aos Problemas da Poluição Ambiental. São Paulo, EPU: EDUSP, 1997. GUILHERME, L. R. G.; MARQUES, J. J.; PIERANGELI, M. A. P.; ZULIANI, D. Q.; CAMPOS, M. L.; MARCHI, G. Elementos-traço em solos e sistemas aquáticos. In: VIDAL-TORRADO, P.; ALLEONI, L.R.F.; COOPER, M.; SILVA, A.P.; CARDOSO, E. J. Tópicos em ciência do solo (Ed). Viçosa, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. N. 4. P. 345-390, 2005. MARTIN NETO, L.; VAZ, C. M. P; CRESTANA, S. Instrumentação avançada em ciência do solo. São Carlos: Embrapa Instrumentação Agropecuária, 2007, 438p. MIRSAL, I.A. Soil pollution: origin, monitoring & remediation. Berlin: Springer, 2004. Resolução CONAMA no 420 de 28 de dezembro de 2009 - Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto a presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas. YARON, B.; CALVET, R.; PROST, R. Soil pollution –processes and dynamics. Springer – Verlag Berlin. Heidelberg, Berlin, 1996		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA859	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Saúde Ambiental		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51h	TEÓRICA 51h	PRÁTICA
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO GCCA679		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA O componente curricular aborda as relações entre a saúde humana e os fatores do ambiente natural e antrópico que a determinam, condicionam e influenciam, com vistas a melhorar a qualidade de vida do ser humano sob o ponto de vista da sustentabilidade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALMEIRA FILHO, N. 2011. O que é Saúde . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L.V.C.; NORONHA, J.C.; CARVALHO, A.I. 2012. Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. SILVA, L.F. 2016. Epidemiologia Ambiental: fundamentos para engenharia . Rio de Janeiro: Elsevier Editora.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia Sem Números – Uma introdução crítica à ciência epidemiológica. Cap. 5, p. 39-54. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989. BARATA, R.B.; BARRETO, M.L.; ALMEIDA FILHO, N.; VERAS, R.P. 1997. Equidade e Saúde – contribuições da epidemiologia. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abrasco. CAMELLO, T.C.F; GARCIA, V.S; ARAÚJO, S.B. & ALMEIDA, J.R. Gestão e Vigilância em Saúde Ambiental . Rio de Janeiro: Thex Editora, 2009. OLIVEIRA FILHO, E.C; SISINNO, C. L. S. Princípios de Toxicologia Ambiental . Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2013. PHILIPPI JUNIOR, A. Saneamento, Saúde e Ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável . São Paulo: Manole Editora, 2005.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA356	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Sustentabilidade Ambiental		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 68h	TEÓRICA 68h	PRÁTICA
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO - Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Conceito de sustentabilidade ambiental: a inter-relação entre o econômico, o social e o ambiental. Conflitos ambientais envolvidos na gestão de recursos sólidos e recursos hídricos. Meio ambiente e poluição. A participação da sociedade na questão da proteção ambiental. A educação para a proteção do meio ambiente. Responsabilidade ambiental das organizações e empreendimentos solidários.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DIAS, R. Gestão ambiental : responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009. LITTLE, P. Os conflitos socioambientais : um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (org). A difícil sustentabilidade : política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. LOURES, R.C.R. Educar e inovar na sustentabilidade . Curitiba: UNINDUS, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente : as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009. BURSZTYN, M.A. e BURSZTYN, M. Desenvolvimento sustentável: biografia de um conceito. In: PINHEIRO, E.P. e VIANA, J.N.S (orgs.). Economia, meio ambiente e comunicação . Rio de Janeiro: Garamond, 2006. TONHASCA, A. Jr. Os serviços ecológicos da Mata Atlântica. Ciência Hoje , v.35 (205), p. 64-67, 2004. VAN BELLEN, H.M. Indicadores de sustentabilidade : uma análise comparativa. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.		

CENTRO DE ENSINO CCAAB	CÓDIGO GCCA868	SEMESTRE Não se aplica
NOME DO COMPONENTE Técnicas de Análises Ambientais		MÓDULO DE ALUNOS 30
CARGA HORÁRIA 51h	TEÓRICA 17h	PRÁTICA 34h
MODALIDADE - PRESENCIAL		CARGA HORÁRIA EAD - Não se aplica
CARGA HORÁRIA DE AÇÕES EXTENSIONISTAS – Não se aplica		
NATUREZA OPTATIVO	FUNÇÃO ESPECÍFICA	TIPO DISCIPLINA
PRÉ-REQUISITO - Não se aplica		CORREQUISITO Não se aplica
EMENTA Fundamentos de Química Analítica; Análises das matrizes água, solo, sedimentos e plantas; técnicas analíticas via úmida e seca; técnicas e análises instrumentais; titulação		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Afonso, J. C., Barcia, O. E. Análise química quantitativa. 8 ed. Rio de Janeiro – RJ. 2013. 898p. Holler, F. J., Skoog, D. A., Nieman, T. A. Princípios de Análises Instrumental. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 836 p. Teixeira, P. C., Donagemma, G. K., Fontana, A., Teixeira, W. G. Manual de métodos de análise de solo / editores técnicos. – 3. ed. rev. e ampl. – Brasília, DF : Embrapa, 2017. 573 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Manual prático de análise de água / Fundação Nacional de Saúde – 4. ed. – Brasília : Funasa, 2013. 150 p. ANA – CETESB. Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras. Disponível em: https://capacitacao.ana.gov.br/conhecerh/handle/ana/263 Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Manual prático de análise de água / Fundação Nacional de Saúde – 4. ed. – Brasília: Funasa, 2013. 150 p. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/manual_pratico_de_analise_de_agua_2.pdf Filizola, H. F., Gomes, M. A. F., Souza, M. D. Manual de Procedimento de análise de coleta de amostras em áreas agrícolas para análise da qualidade ambiental. Embrapa, 2006. 169p. Parron, L. M., Muniz, D. H. F., Pereira, C. M. Manual de Procedimentos de amostragem e análise físico-química de água. Embrapa Florestas. Curitiba-PR. 2011. 69p. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/15440973.pdf Van Raij, B., Andrade, J. C., Cantarella, H., Quaggio, J. A. Análise Química para Avaliação da Fertilidade de Solos Tropicais. Instituto Agronômico de Campinas. 2001. 285p.		

Emitido em 19/07/2023

REFORMULAÇÃO DE PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO Nº PPC/2023 - CCAAB (11.01.21)
(Nº do Documento: 1)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 19/07/2023 08:59)
CLAUDIANO CARNEIRO DA CRUZ NETO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
1035059

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sistemas.ufrb.edu.br/documentos/> informando seu número: 1, ano: 2023, tipo: **REFORMULAÇÃO DE PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**, data de emissão: **19/07/2023** e o código de verificação: **8ae0c2da82**